


PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC 2002

PRÁTICAS PATERNALISTAS NO
TERCEIRO SETOR

Autora: Michelle Ferreti

Orientador: Prof. Mário Aquino Alves

De acordo

31/08/02

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Metodologia	4
3. Traços Paternalistas na Cultura Brasileira	6
3.1 – Conceitos e Origens	6
3.2 – Mecanismos de inserção social	8
4. Efeitos do paternalismo no mundo do trabalho e na forma de gestão	11
5. História do Terceiro Setor no Brasil	13
6. Estudos de Caso	15
6.1 – Associação Lar Feliz	15
6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)	19
6.2.1 – Histórico e Localização	19
6.2.2 – A Atuação da Entidade	20
6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes	23
7. Paternalismo no Terceiro Setor: Conclusões	26
7.1 - Concepção Contraditória	26
7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade	27
8. Bibliografia	31

1. INTRODUÇÃO

A humanidade já experimentou as mais diferentes saídas para alcançar um mundo mais justo ou, nas palavras de Amartya Sen, um mundo onde as pessoas possam “ter a liberdade de viver o tipo de vida desejado”. Destituiu reis, realizou grandes guerras, provocou revoluções, contestou e brigou como todo adolescente em busca da construção da própria identidade. Porém, aos poucos, a maturidade foi chegando e as experiências desmistificaram o poder das grandes utopias. Iniciou-se então a busca por saídas menos radicais, alternativas viáveis de implementação que se encaixem dentro da complexidade do sistema atual.

Nesse contexto, o terceiro setor, reunindo e mesclando características tanto da área privada quanto da pública, emerge com vigor enquanto um espaço de expressão da sociedade civil. Apesar de quase tão antigo quanto o homem, o terceiro setor se fortalece na medida em que as pessoas percebem nitidamente como a situação vivida pelo outro influencia sua própria realidade e decidem, portanto, se unir para lutar pelos interesses coletivos e individuais em uma dimensão paralela à existência do Estado.

Essa nova alternativa de reinventar a sociedade tem-se mostrado interessante, uma vez que as organizações surgidas conhecem seu público-alvo mais de perto e, portanto, poderiam ser mais eficientes ao alocar recursos e solucionar os problemas existentes, constituindo um importante laboratório de experiências passíveis de multiplicação em outros locais através do Estado.

Nesse sentido, o presente estudo realiza uma análise do terceiro setor brasileiro a partir de seu esqueleto, considerando para tanto, sua evolução dentro do processo histórico-cultural do país. Pretende, assim, comprovar que, para facilitar sua inserção social e legitimar suas ações, o setor acaba apelando, com frequência, para práticas paternalistas de gestão de conseqüências danosas e pouco eficientes para atingir os propósitos que ele se dispõe a alcançar.

2. METODOLOGIA

Para confeccionar esse trabalho foi adotada uma metodologia exploratória que compreende o levantamento de material bibliográfico e estudos de caso em duas organizações do terceiro setor: uma organização tradicional, ligada à assistência social e outra ligada a empresas privadas e que tem uma atuação social de destaque.

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa está calcado em bibliografias consagradas sobre os seguintes temas:

I - Terceiro setor e sociedade civil: foi feito um levantamento geral a respeito do terceiro setor no Brasil e no mundo com o objetivo de obter subsídios mínimos para a compreensão do significado desse conceito e da importância de seu papel dentro da sociedade moderna.

II - Administração de organizações sem fins lucrativos: a maneira peculiar como é feita a gestão das atividades dentro das organizações sem fins lucrativos mostra-se fundamental para a compreensão do funcionamento dessas entidades.

III - Cultura brasileira / Traços paternalistas na gestão brasileira: esse estudo visa a rastrear a existência de práticas paternalistas ao longo da história e do desenvolvimento brasileiro. As influências da cultura e de outras construções sociais colaboram para explicar as relações dentro do terceiro setor.

Para os estudos de caso, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

I - Análise de documentos da organização: foram estudadas publicações liberadas pela imprensa a respeito da organização, considerando também seu histórico e comunicados gerais, bem como folders e outros materiais internos e de publicidade institucional.

II - Entrevistas semi-estruturadas com membros das referidas organizações, desde os principais dirigentes, bem como com funcionários e beneficiários do trabalho das mesmas.

3. TRAÇOS PATERNALISTAS NA CULTURA BRASILEIRA

3.1 – Conceitos e Origens

Por paternalismo, entende-se um sistema de relações segundo uma concepção patriarcal, conforme a qual o indivíduo dotado de mais poder controla e abusa dos demais, dissimulando, para tanto, seu excesso de autoridade sob a forma de cuidados e proteção. Sua atuação assemelha-se, assim, à de um pai em relação aos próprios filhos com a diferença de que o amparo não é incondicional como ocorre no âmbito familiar. Ao contrário, alguns benefícios e favores são exigidos em troca.

Apesar de ter-se legitimado dentro da cultura brasileira, o paternalismo esconde um traço muito perverso: permeia as mais diversas relações de maneira informal e subliminar. Muitas vezes, não se manifesta de forma suficientemente intensa para que o indivíduo tome consciência dele e possa combatê-lo. E caso seja percebido, nem sempre apresenta saídas fáceis para que o cidadão se liberte das amarras impostas. Em determinadas situações, o silêncio e a resignação configuram a única alternativa, exatamente como acontece com um filho em posição hierarquicamente inferior a seu pai.

A origem do paternalismo no Brasil remete à época do descobrimento. Quando o português alcançou as terras brasileiras, encontrou por aqui povos indígenas já instalados, com um estilo de vida próprio. Dessa forma, para ocupar-se do território e explorá-lo da maneira que considerasse mais conveniente, teria duas opções: apelar para a violência ou integrar-se aos índios. Em um primeiro momento, o europeu preferiu se integrar e, dessa forma, começaram a se estabelecer as primeiras relações paternalistas no país.

Os índios, interessados nos bens encantadores trazidos pelos navios portugueses, apelavam para um velho costume conhecido como *Temericó* para incorporar os portugueses à sua comunidade. Entregavam-lhes uma moça índia como esposa e,

caso aceitassem, passariam automaticamente a ser parente de toda a tribo. Frente à perspectiva de recrutar mão-de-obra indígena para a realização de trabalhos pesados, os portugueses aproveitaram-se dessa técnica de apadrinhamento e passaram a realizar diversos casamentos desse tipo ao longo do litoral. RIBEIRO (1995) chamou de *cunhadismo* essa instituição que possibilitou inicialmente a formação do povo brasileiro:

Com uma mão se faz um agrado, acaricia-se a face que com a outra se açoita. Mantém-se relações sexuais para o gozo físico e para a escravização de mão-de-obra. Nesse primeiro momento, a aproximação foi personalizada e violentadora.
(BRESLER, 2000 p.128)

Em 1932, visando proteger seus interesses, ameaçados pelo *cunhadismo* generalizado, a Coroa portuguesa apela novamente ao paternalismo e implementa no Brasil o regime das capitanias hereditárias. Para tanto, nomeou alguns protegidos de sua confiança para tomar posse de pedaços de terras brasileiras com a função de povoá-las e torná-las produtivas. Os contemplados com as doações, recebiam o título de capitães donatários e eram investidos de poderes feudais pelo rei para governar sua gleba (RIBEIRO, 1995, p.86). Caso morressem, seus filhos e netos se tornariam os donos de suas posses. Dessa forma, começa a se enraizar no país uma estrutura hierárquica forte com pequena mobilidade social. A recompensa pelo trabalho é substituída pela concentração de privilégios em uma camada social pouco numerosa.

O europeu que veio para o Brasil, tipificado como *aventureiro*, objetivava “*colher o fruto sem plantar a árvore*” (HOLANDA, 1991, p.13). Caracterizava-se como um homem que sempre via a possibilidade de escravizar alguém para se livrar da labuta. Não gostava de “*sujar as mãos*” (HOLANDA, 1991, p.13) e, por isso, originou na sociedade brasileira uma forte aversão e desprezo pelo trabalho manual. Mais tarde, com a adoção da mão-de-obra escrava, a depreciação do trabalho manual se aprofundou ainda mais, pois ele passa a ser reconhecido como serviço de negros, cuja raça era considerada inferior pelos brancos.

Com a formação de núcleos econômicos no nordeste a partir da exploração do cultivo de cana-de-açúcar, a sociedade brasileira começa a ganhar um corpo mais definido. A família permanecia como base e centro de toda a organização na época. Os escravos, como agregados, dilatavam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pai. A própria palavra "família" deriva de *famulus*, termo ligado à idéia de escravidão, onde até mesmo os filhos, apesar de livres, estavam inteiramente subordinados ao patriarca. (HOLANDA, 1991, p.49)

Os resquícios do triângulo básico que formou o país - trabalho escravo, a família patriarcal e o latifúndio agrário-exportador - perduram até hoje, contribuindo para a extensão do paternalismo em diferentes esferas sociais.

3.2 – Mecanismos de inserção social

No caso brasileiro, o paternalismo se sustenta por duas pilstras fundamentais: "o personalismo e a concentração de poder" (BARROS e PRATES, 1999, p.39). O personalismo surge como uma herança nos deixada pela cultura ibérica:

Pode-se dizer realmente que, pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. HOLANDA (1991, p.4-5)

Essa forte valorização da pessoa acabou resultando em uma frouxidão da estrutura social. Assim, tornou-se muito difícil realizar um acordo coletivo durável. As leis universalizantes, cujo papel é supostamente tornar os indivíduos iguais, acabam funcionando, na verdade, como um fator de diferenciação social, pois só *se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas*. A lei transforma-se no Brasil num instrumento de aprisionamento da massa que deve segui-la, sabendo que existem pessoas bem relacionadas que jamais a obedecem. (DAMATTA, 1983, p.184).

Até mesmo na política local podemos notar a forte presença do personalismo, principalmente no que cerne à autoridade carismática. Getúlio Vargas, Juscelino

Kubitschek, Leonel Brizola, Fernando Collor, são exemplos de figuras que englobaram a instituição do partido político e deixaram-no em segundo plano para colocarem-se em um patamar superior (BARROS e PRATES, 1999, p.37).

Comprova-se assim, que o cidadão brasileiro destaca-se muito mais pelas relações pessoais que por suas habilidades e méritos. O próprio sucesso do carnaval acontece, pois ele se configura como uma oportunidade em que as pessoas podem mudar de lugar pelo próprio desempenho:

Os apadrinhamentos são policiados e o povo age como jamais pode realmente operar: como juiz supremo que conhece as regras do jogo e as aplica com gana e justiça. Carnaval, pois, é a inversão porque é uma competição em uma sociedade marcada pela hierarquia. É a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade.

DAMATTA (1994, p. 77-78)

Vale ressaltar, entretanto, que até mesmo as escolas de samba possuem seus patronos. Apesar das regras da competição serem mais claras e dependerem do desempenho coletivo, o volume de recursos financeiros captado por cada escola influi fortemente no resultado, pois permite que o show se torne ainda mais deslumbrante. Fantasias, carros alegóricos e efeitos especiais custam caro. Exatamente por isso, a competição funciona na base do PATROcínio que, na grande maioria dos casos, provém principalmente do jogo do bicho.

O próprio discurso denuncia os traços paternalistas na cultura brasileira. Frases do tipo: *"Você sabe com quem está falando?"* fazem uso da autoridade e do poder, partindo do pressuposto que as desigualdades sociais têm algum valor classificatório perante a lei. (BARBOSA, 1992).

Toda essa construção social acaba transmitindo para as pessoas uma certa sensação de impotência perante os acontecimentos diários no país. Dessa forma, o brasileiro torna-se muito resignado à própria condição e tem uma enorme

dificuldade em protestar e defender as causas, nas quais ele acredita. A sensação de inércia e injustiça predomina com tanta intensidade que, ao contrário de lutar pelo que deseja, ele acaba adotando uma postura de espectador e assiste calado a diversos absurdos que ocorrem no país. Adotando a religião como saída, dá origem ao mito de que Deus é brasileiro (DAMATTA, 1994). Portanto, o povo brasileiro tem Deus e o tempo como recursos inesgotáveis.

Encorajado pela desigualdade de poderes, o indivíduo adota um alto grau de alienação, passividade e pouca iniciativa. Isso faz do Brasil um país, cujo povo procura evitar situações de conflitos, pois há certo consenso de que o enfrentamento de situações injustas não trará necessariamente resultados positivos para quem está correto. Dessa forma, predomina também uma forte sensação de impunidade.

Em contrapartida, para adaptar os absurdos existentes e as ordens impossíveis de serem obedecidas às situações práticas rotineiras, entram em cena a figura do “malandro” e o “jeitinho brasileiro” (BARBOSA, 1992). O jeitinho acaba surgindo também como um mecanismo de diminuição das desigualdades, pois se para os ricos a lei não se aplica, para os pobres ela funciona, mas pode ser submetida a certa flexibilidade. O jeitinho, mais que um modo de viver, é uma forma de sobreviver (DAMATTA, 1986). A malandragem torna-se, assim, um meio de navegação social.

4. EFEITOS DO PATERNALISMO NO MUNDO DO TRABALHO E NA FORMA DE GESTÃO

Da mesma forma que, no sistema escravocrata, a autoridade máxima estava totalmente centrada no pátrio poder, notamos em parte das organizações brasileiras um sistema de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção paternal.

Relações de obediência cega e subordinação incondicional podem ser presenciadas até hoje no ambiente corporativo. Muitas vezes, empregados só agem a partir de diretrizes superiores. Habitua-se de tal maneira a seguir as regras, sem ao menos questioná-las, que perdem sua capacidade de criar e desenvolver suas habilidades em benefício próprio e comum. Essa situação piora quanto mais baixo for o nível hierárquico dentro da pirâmide organizacional. O que não significa necessariamente que esse cenário deixa de existir em posições superiores. Cria-se, dessa forma, não somente dependência financeira em relação ao emprego, como também dependência intelectual em relação ao patrão. Um outro fator destacado por DAMATTA (1983), é a questão da personalidade no trabalho. As pessoas consideradas bem-sucedidas são aquelas que conseguiram “ser alguém” estabelecendo laços de familiares de amizade e simpatia com o patrão, tornando a casa e o trabalho, um o prolongamento do outro. O ideal perseguido é a transformação do emprego no lar. Com isso, começa a haver, no entanto, uma confusão em nível produtivo. Relações supostamente econômicas mesclam-se com laços pessoais e, dessa forma, o poder de controle do chefe sobre seu subordinado se duplica:

O chefe assim pode governar o trabalho, pois é quem oferece emprego e, pode controlar as reivindicações dos empregados, pois apela para a moralidade das relações pessoais que, em muitos casos, e sobretudo nas pequenas empresas e no comércio, tende a ofuscar a relação patrão-empregado.
(DAMATTA 1994, p.32)

O paternalismo caracteriza uma forte estratégia de controle e oferece uma gama de símbolos suficiente para um modelo social que identifica no patrão a figura do pai, fundador e mantenedor da família (empresa), responsável por garantir o sustento material de seus filhos (operários).

Com as relações familiares invadindo o espaço público, o próprio sistema burocrático brasileiro foi influenciado. Os cargos e posições dentro das companhias passaram a ser nomeados para pessoas da família ou amigos de confiança. A competência e o mérito não configuravam mais qualidades importantes. Portanto, a máquina estatal pública passou a ser comandada pela árvore genealógica e, dessa forma, voltou-se aos interesses privados. (BARROS e PRATES, 1999).

Nota-se que, desde o início, o país se forma a partir de uma estrutura excludente e de forte divisão social. A própria posição que o país ocupa na ordem geopolítica internacional pode acabar transmitindo uma mensagem subliminar de que o povo brasileiro existe para servir inquestionavelmente aos outros e necessita da proteção dos mais fortes para sobreviver. RIBEIRO (1995) discorre sobre nosso papel enquanto proletariado externo do mercado internacional, sempre servis às exigências alheias:

O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenda aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Não nos esqueçamos de que o Brasil foi formado e feito para produzir pau-de-tinta para o luxo europeu. Depois, açúcar para adoçar as bocas dos brancos e ouro para enriquecê-los. Após a independência, nos estruturamos para produzir algodão e café. Hoje, produzimos soja e minério de exportação.

5. HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Historicamente, o terceiro setor está vinculado à filantropia de caridade – em especial àquela patrocinada pelas instituições religiosas e beneficentes. É o caso, por exemplo, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que surgiu em meados do século 19 para prestar assistência médica em áreas de conflito bélico. Estima-se que aproximadamente 30% das entidades sem fins lucrativos no Brasil são religiosas, beneficentes ou de assistência social (LANDIM, 1993).

As primeiras organizações voluntárias surgidas no Brasil foram, de fato, introduzidas pela Igreja Católica e continuaram existindo nos três primeiros séculos basicamente sob seu comando. Desde hospitais e asilos, passando por manicômios, escolas e creches. Exatamente por isso, certos valores da caridade cristã estão até hoje tão presentes. A idéia de ser solidário e fazer o bem para alcançar o reino dos céus após a morte está fortemente enraizada em nossa cultura e permeia o terceiro setor:

Somos um povo que acredita profundamente num outro mundo. Lá, não haveria mais sofrimento, miséria, poder e impessoalidades desumanas. Todos seriam reconhecidos como pessoas e, ao mesmo tempo, leis universais – como a lei da generosidade e a do eterno retorno: quem dá recebe e quem faz algum lá recebe de volta esse mal – seriam válidas para todos.

DAMATTA (1984, p. 117)

LANDIM (1993) ressalta que o tipo de catolicismo implantado no Brasil ficou conhecido como popular, introduzido por agentes leigos não articulados entre si. Surgem assim os santos padroeiros, as devoções, festas e romarias. E é exatamente nesse campo que o indivíduo vai encontrar as associações voluntárias, através das quais tem acesso aos serviços sociais, ao lazer e à convivência social.

Graças a características da sociedade brasileira já discutidas no presente trabalho, existe no país uma grande dificuldade de formação de grupos para lutar pelos interesses coletivos. Temos uma estrutura social afrouxada, pois *em terra onde todos são barões, não é possível um acordo coletivo durável* (HOLANDA 1991, p.5).

Com uma sociedade civil fraca e pouco articulada, o Estado assume um papel importante. No Brasil, os ricos quase sempre dependeram de favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade. Os padrões de relacionamento entre estado e sociedade, tem se caracterizado através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, uma sociedade acovardada, submetida mas, por isso mesmo, fugidia e freqüentemente rebelde (SCHWARTZMANN, 1982, p.14).

Até mesmo os primeiros sindicatos surgiram por iniciativa do Estado. Aliás, não só os sindicatos, mas toda a política trabalhista do governo Vargas constitui um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação estatal. Como consequência, a construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma:

... construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família. FAUSTO (1998, p. 375)

O populismo solidifica-se então no Brasil e os sindicatos, componentes do terceiro setor brasileiro, submetem-se à lógica paternalista. O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistissem às assembléias sindicais. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas (FAUSTO 1998, p.335-336).

6. ESTUDOS DE CASO

Visando estudar empiricamente as hipóteses contidas no presente trabalho, duas entidades do terceiro setor foram analisadas. Ambas localizam-se em regiões muito pobres e seu público-alvo principal compõe-se de crianças e adolescentes. Entretanto, o tipo de atendimento fornecido por elas é completamente diferente: uma possui um caráter mais assistencialista, enquanto a outra adota uma linha de maior incentivo à defesa dos direitos da criança e do adolescente e ao protagonismo juvenil.

6.1 – Associação Lar Feliz¹

A Associação Lar Feliz foi fundada em fevereiro de 1999, em um bairro muito pobre na periferia da cidade de Campinas. Por iniciativa de uma das moradoras da região, conhecida como Maria Antonia Aparecida de Souza, a instituição foi criada com o objetivo de melhorar a vida das crianças da região. Como a grande maioria dos chefes das famílias locais encontra-se desempregada, a fome caracteriza-se como um problema corrente. Portanto, Maria Antonia teve a idéia de reunir os esforços da comunidade no sentido de fornecer refeições diárias às crianças, garantindo que elas tivessem direito a pelo menos uma alimentação decente.

Maria Antonia saiu do interior de São Paulo com os pais em direção a Campinas com um ano de idade para trabalhar em uma fazenda. Estudou até a 4ª série em uma escola rural e teve que ajudar no sustento da família desde pequena. Casou-se aos 15 anos pela primeira vez e teve 3 filhos, os quais, após o divórcio, teve de criar sem a colaboração do marido. Além de trabalhar de bóia-fria, Maria Antonia teve também outras ocupações: empregada doméstica, vendedora de salgadinho, copeira em banco, entre outras. Trabalhando, conheceu seu segundo marido, pai de 4 filhos. Juntos, Maria Antonia e o marido reuniram seus esforços para criar

¹ Vale ressaltar que os nomes utilizados no segundo estudo de caso são fictícios para preservar a identidade das pessoas e da instituição em questão.

suas 7 crianças. Segundo depoimento dela, a fome é uma situação conhecida de sua família: "Lembro que uma vez deixei as crianças com uma vizinha enquanto fui procurar trabalho e, quando voltei, eles só tinham tomado água. Na verdade, eu tinha mais esperança que eles comessem alguma coisa na vizinha do que em conseguir algum trabalho. Estava tudo muito difícil."

Em 1996, após ter sido eleita presidente da Associação de Bairro teve pela primeira vez a idéia de criar uma organização sem fins lucrativos para desenvolver algum tipo de projeto social na região. Entretanto, após quase 3 anos de existência, pode-se dizer que a missão da entidade não conseguiu ser plenamente cumprida. Frequentemente com problemas financeiros, a Associação Lar Feliz vive em constante perigo de ser fechada. Após algumas visitas na organização, as causas dessa situação ficaram mais claras para mim.

Quem conversa com Maria Antonia, ouve dela dezenas de planos para o futuro da organização. Planos que jamais foram verdadeiramente discutidos e colocados no papel. A gestão da entidade configura-se caótica e muito pouco profissional. Não existe um controle minucioso das crianças que recebem as refeições. Existe apenas um caderno antigo na entrada, no qual Maria Antonia, quando possível, coloca apenas o primeiro nome dos jovens que entram no local. Não há, portanto, controle de frequência e a demanda mostra-se muito variável. O atendimento não é personalizado e há muito pouca informação sobre a vida dos jovens. Das 250 crianças que já foram atendidas no local, restaram apenas 150 graças a escassez de recursos financeiros. Até mesmo a conta de telefone foi cortada diversas vezes por falta de pagamento.

Maria Antonia descobriu uma ferramenta interessante para obter doações: a imprensa. Nos momentos de dificuldade, reúne os jornais, revistas e a televisão para pedir apoio e solidariedade à população da cidade. Examinando as publicações de mídia a respeito da Associação Lar Feliz, notei forte semelhança entre todo o material: o discurso utilizado é sempre o do "pobre coitado". Com frequência, recorre-se ao apelo emocional. Manchetes como: "Sem verbas, associação corre o risco de suspender atendimento a crianças", "Famílias sem sopão se viram com cardápio da miséria" e "Associação pede socorro" tornaram-

se uma constância e são sempre seguidas nas próximas edições dos jornais com: "Em crise, associação comemora doações".

Encontrei pouquíssimas reportagens que procuravam valorizar os resultados obtidos pela organização e mesmo essas tratam os beneficiários da instituição como "coitadinhos". Além disso, mencionam detalhes que não pude perceber na prática durante minhas visitas ao local como o desenvolvimento de uma oficina de artesanato com as crianças. O trabalho da entidade limita-se a lutar diariamente para obter doações e comprar alimentos.

As doações são sempre bem-vindas, independentemente de sua origem. Até mesmo um político em campanha já chegou a doar alimentos para uma festa da associação. Obviamente, a doação ocorreu na condição de que o benevolente doador não ficasse no anonimato. Pelo menos metade dos alimentos deveria ser entregue em praça pública para a população local e o nome do doador teria que ser citado algumas vezes. Esse incidente reproduz com clareza a questão do paternalismo enraizado na cultura brasileira, conforme discutido anteriormente nesse trabalho.

Pode-se dizer que há, na instituição, uma grande confusão entre o espaço da casa e do trabalho, ilustrada pelo fato de que muitos dos alimentos comprados com o dinheiro da entidade ficam armazenados na casa da própria Maria Antonia, ao invés de seguirem para a nova sede da organização, recém-construída por funcionários do Banco do Brasil e onde há espaço físico suficiente, mesmo apesar da desorganização existente.

Uma outra característica interessante é que, na cabeça dos moradores da região, a Maria Antonia tornou-se a instituição. Ela é o símbolo do local e não há uma noção definida da existência da organização enquanto espaço público na mente da comunidade. E o mais curioso de tudo: mesmo dedicando todo seu tempo à Associação Lar Feliz, onde recebe um salário muito pequeno, Maria Antonia conseguiu criar perfeitamente seus 3 filhos e 4 enteados, mesmo após a morte do marido.

Vale destacar também que a desorganização interna da entidade é tão grande a ponto dos próprios funcionários não saberem dar informações sobre o local onde trabalham. Maria Antonia concentra tudo em sua memória e não faz muita questão de colocar as coisas no papel. Ela alega falta de tempo e de conhecimento para conseguir desenvolver um trabalho melhor.

Em seu discurso, ao mencionar a comunidade onde viveu durante toda a vida, Maria Antonia faz trata os moradores como “eles”, ao invés de “nós”, fazendo questão de criar uma certa distinção entre ela e os demais. É como se ela fosse uma grande heroína que aquelas pessoas tiveram a sorte de encontrar em seu caminho.

O contrário também acontece: a comunidade não se apropriou da instituição. Pude perceber isso durante uma festa de fim de ano organizada com o propósito de fornecer às crianças um natal mais feliz. Brinquedos e alimentos foram doados, mas apesar disso, a postura da comunidade em relação à organização foi de profunda insatisfação e revolta. Os presentes foram distribuídos sem critério algum. Enquanto crianças saíam do local com três pacotes, outras não tinham coisa alguma. Foi necessário trancar as portas da sede para conter a população furiosa e desesperada para conseguir pelo menos um presente de natal. Crianças pulavam os muros e imploravam através das janelas por um brinquedo para o Papai Noel. Adultos ameaçavam depredar a sede, caso seus pedidos não fossem atendidos.

Reunindo todos esses fatores, pode-se concluir que a eficiência da Associação Lar Feliz é, no mínimo, questionável. O paternalismo é uma característica extremamente presente e colabora para eternalizar a dependência das pessoas em relação à instituição. Mas, será que é possível fazer diferente? Vejamos o caso a seguir.

6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)

6.2.1 – Histórico e Localização

Em 1986, teve início um trabalho de rua junto a adolescentes prostituídas, praticantes de atos infracionais e usuárias de drogas em Sapopemba na Zona Leste de São Paulo. Com o apoio da UNICEF e da Arquidiocese de São Paulo, criou-se uma casa para abrigá-las e, aos poucos, elas foram sendo gradativamente reintegradas a suas famílias.

O abrigo transitório tornou-se a sede do Centro de Defesa da Criança e Adolescente, fundado legalmente em 1991. Seu trabalho foi ampliado através de plantões no bairro para famílias de adolescentes mortos violentamente ou ameaçados de morte. Hoje, sua atuação é ainda mais extensa. O CEDECA tem como objetivo principal a defesa dos direitos, a denúncia, a formação e atendimento da criança e do adolescente e suas famílias.

Sapopemba é uma das áreas mais pobres da cidade. Sua população constitui-se predominantemente de famílias nordestinas que trocaram sua terra de origem pela cidade grande à procura de melhores condições de vida, mas que acabaram se defrontando com uma realidade dura e difícil. A falta de moradia obriga milhares de pessoas a se amontoarem em favelas que surgem em áreas de risco, à beira de córregos malcheirosos, com a constante ameaça de desmoronamentos, sobretudo na época da chuva. A precariedade da rede de esgoto expõe a população ao perigo de contrair graves doenças. A falta de estruturas de lazer deixa os jovens numa situação de ociosidade e apatia. O desemprego obriga milhares de pessoas a viver em situação desumana. Sem emprego, grande parte tenta buscar alternativas na economia informal. Vendedores ambulantes, catadores de papelão e latas, lavadores de vidros de carro competem entre si os espaços nas ruas para ganhar o necessário para a sobrevivência de suas famílias.

Desde muito jovens, as crianças da região são submetidas a várias formas de violência. Até os cinco anos, se não conseguem encontrar vaga na creche, ficam trancadas em casa sendo cuidadas pelos irmãos mais velhos porque os pais

precisam sair para conseguir o dinheiro necessário para a sobrevivência. Quando começam a sair de casa, passam a freqüentar a rua, onde entram em contato com o mundo da droga e da violência. As escolas não conseguem realizar um trabalho de prevenção. Sua taxa de evasão é muito alta só uma pequena parcela dos adolescentes consegue acabar o curso primário.

O traficante, enriquecendo-se rapidamente com suas atividades ilícitas, torna-se referência para os jovens. Em alguns casos, ele é a autoridade local que, com sua suposta generosidade, acaba preenchendo as falhas da assistência pública. Dessa forma, muitos adolescentes acabam se envolvendo no tráfico e no consumo de drogas. A possibilidade de conseguir muito dinheiro com pouco esforço se mostra uma alternativa atraente de garantir prosperidade e sucesso.

Por viverem em famílias sem condições de sustentá-los ou por terem já praticado atos infracionais, muitas crianças e adolescentes já passaram por experiências de internação na FEBEM. Marcados pela passagem na polícia, sem estudo e qualificação profissional, as chances de encontrarem um emprego são muito baixas.

O distrito conta com uma população de 257.617 habitantes. Dentre as famílias que habitam este distrito, 42,61% recebem até 3 salários mínimos e 9,18% não possuem rendimento. Dos domicílios, 1,84% tem precário acesso à água; 18,13% tem precário acesso à esgoto e 1,39% apresenta precária coleta de lixo. No que se refere à educação das crianças, Sapopemba é o pior distrito da cidade quanto à oferta de vagas para creches, apresentando um déficit de 17.360 vagas. Do total de famílias, 15,69% são chefiadas por mulheres, dentre as quais 23,86% não são alfabetizadas. Esses dados² apontam a situação de extremo risco social, ao qual a população infanto-juvenil da região está exposta.

6.2.2 – A Atuação da Entidade

Apesar da escassez de recursos financeiros, o CEDECA desenvolve diversos projetos na região que visam atingir a criança e o adolescente, bem como suas

² Os dados foram fornecidos pela própria entidade

famílias, contribuindo para sua reinserção na sociedade. Para tanto, mantém alguns convênios com a iniciativa privada, a prefeitura e outras ONGs. Seguem abaixo maiores informações sobre alguns dos projetos:

Liberdade Assistida Comunitária (LAC)

Desde o ano de 1986, antes mesmo da constituição jurídica da Entidade, educadores da comunidade já acompanhavam adolescentes e jovens com medida de “Liberdade Assistida Comunitária”, trabalho desenvolvido com respaldo do convênio da FEBEM com a Pastoral do Menor. A aprovação do ECA, a valorização do caráter sócio-educativo das medidas destinadas aos adolescentes que cometem atos infracionais e a atenção especial às medidas sócio-educativas em meio aberto estimularam a entidade a investir ainda mais no acompanhamento de adolescentes em Liberdade Assistida. Visa demonstrar que é possível trabalhar a recuperação do adolescente autor de ato infracional em sua comunidade de origem, respeitando desta forma os princípios constitucionais da proximidade da família, da convivência comunitária, da garantia de escolaridade e trabalho.

O sucesso do trabalho é confirmado pela diminuição do número de adolescentes envolvidos em atos infracionais e pela redução da porcentagem de reincidência. Além de abandonar a prática infracional, os adolescentes recuperam a auto-estima e tomam consciência de sua dignidade. Não é suficiente “não ser mais bandido”. O mais importante é se tornar cidadão de verdade, que volta à sociedade com o olhar de quem sabe denunciar o que está errado e sabe arregañar as mangas para criar as condições para uma vida mais digna para si e para seus filhos.

Nasci para Voar (NPV)

Projeto de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco físico e social. Visa oferecer às crianças e adolescentes que passam a maior parte do tempo nas ruas sujeitos ao envolvimento com drogas, (e às respectivas famílias)

atendimento através de atividades lúdicas, esportivas, culturais e profissionalizantes, com intuito de resgatar sua cidadania, apontando possíveis caminhos para garantir uma vida mais digna.

Para tanto, desenvolvem-se as seguintes atividades:

- Atendimento Psicológico Social
- Atendimento Jurídico
- Esporte, Lazer e Cultura: capoeira, dança, coral, violão, futebol, Hip-Hop, teatro, campeonato de futsal, passeio à praia etc.
- Acompanhamento às famílias

Projeto Bacana

As poucas alternativas de profissionalização (datilografia e digitação), existentes na região são, em sua grande maioria, de iniciativa privada. Além de serem de alto preço e, portanto, inacessíveis aos jovens de baixa renda, não oferecem uma proposta pedagógica adequada à população carente.

Sem qualificação profissional, os jovens acabam sendo obrigados a aceitar qualquer serviço, trabalhando em condições precárias, sem carteira registrada, expostos ao risco de acidentes, o que prejudica ainda mais sua situação.

Por isso, este projeto foi pensado com o objetivo de profissionalizar os adolescentes graças a um convênio com a iniciativa privada. Além da profissionalização, ele visa criar uma consciência crítica e civil nos adolescentes, bem como um vínculo com os educadores do CEDECA, que proporcione um melhor acompanhamento dos adolescentes e suas famílias. Os cursos são de: eletrônica, informática, suporte técnico, cabeleireiro, esteticista, eletricista, computação, entre outros.

Jurídico

A equipe jurídica do CEDECA é formada por três advogadas e dois estagiários e seu objetivo primordial consiste em servir de instrumento para ajudar a viabilização dos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, a demanda do departamento jurídico surge da necessidade da comunidade. Como a entidade atua conjuntamente pela garantia e efetivação dos direitos humanos, um dos instrumentos utilizados é a denúncia das violações de tais direitos. Assim sendo, O CEDECA fornece um plantão jurídico com a pretensão de dar orientações e encaminhamentos à comunidade. Além disso, cada um dos projetos também recebe respaldo de profissionais especializados:

- LAC: Acompanhamento dos casos através de procuração e da execução da medida junto ao Departamento de Execução da Infância e Juventude (DEIJ).
- NPV: O departamento jurídico atua de maneira a denunciar a violência doméstica e o abuso sexual, fazendo campanhas de prevenção e acompanhando as vítimas no processo de denúncia e apuração.

6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes - uma comparação

Assim como a Associação Lar Feliz, o CEDECA possui escassez de recursos financeiros, grande limitação de staff (32 pessoas no total) e pouco espaço físico para desenvolver suas atividades. É muito difícil para a organização estabelecer parcerias com empresas privadas interessadas em investir no marketing social, já que a visibilidade de tal parceria fica comprometida pelo afastamento do CEDECA em relação ao centro da cidade.

Entretanto, ao invés de adotar uma postura passiva e conformista, apelando para a imagem do “pobre coitado” para obter o que é necessário para o funcionamento da organização, o CEDECA possui uma atitude pró-ativa e não encara seu trabalho como uma ajuda benevolente para a população local. Ao contrário, considera estar devolvendo à comunidade alguns direitos que, graças a uma série de razões, foi-lhes arrancado.

Ao invés de contar unicamente com a caridade alheia, o CEDECA procura estabelecer redes e vínculos dentro de sua própria comunidade. Segundo um funcionário da entidade: “A gente cuida um do outro!”.

Está sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Abrinq, um novo projeto conhecido como Raízes, cujo objetivo é resgatar um pouco da identidade dos adolescentes da região, já que muitos deles não sabem direito o nome dos pais, avós e possuem muito pouca informação sobre suas origens. A essência é discutir um pouco da cultura brasileira com os jovens. Portanto, a cada seis meses, elege-se um estado para ser estudado e trabalham-se questões como: história, comidas típicas, danças, arte, música etc. A garotada aprende e depois apresenta para a comunidade em alguma festa organizada pela instituição com a colaboração de todos. As mães costuram as roupas, os vizinhos maquiavam as crianças e, dessa forma, eles começam a se conhecer verdadeiramente. São estabelecidas redes de contato entre as pessoas, de forma que elas passam a realmente conviver, ao invés de apenas co-habitar o mesmo espaço.

A importância de se envolver toda a comunidade nos projetos é ressaltada pelos membros do CEDECA. Um deles afirma que: "Na verdade, a criança que chega até nós é a ponta do iceberg. Normalmente, a família enfrenta muitos problemas e os adultos são em alguns momentos mais carentes que os próprios filhos. Eles estão sempre rodeando as atividades que desenvolvemos no bairro."

Ao se percorrer os projetos existentes em Sapopemba, nota-se uma diferença gritante no discurso em relação à Associação Lar Feliz. A própria assistente social da Prefeitura de São Paulo elogia o trabalho desenvolvido: "É um trabalho muito bonito, sério e corajoso. Na maioria do tempo, fala-se em direitos e ensinam-se as pessoas a lutarem por si mesmas, ao invés de se fazer isso por elas."

Aos sábados, está sendo ministrado um curso para advogadas populares, preparando o pessoal para conhecer os direitos. A única condição para frequentá-lo é comprometer-se em disseminar a informação recebida. Paga-se através da multiplicação do conhecimento adquirido. Segundo uma das coordenadoras do CEDECA: "Esse é o caminho: o da troca. Tem muita coisa que não precisa de tanto dinheiro, mas se cada um colaborar oferecendo um serviço, nós vamos multiplicando isso".

Aprender sobre os próprios direitos não é algo restrito aos adultos. As crianças também discutem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e fazem poesia,

música e desenhos a respeito da lei. Membros do CEDECA afirmam que: "A criança não deve vir aqui apenas para se ocupar. Ela vem para se ocupar, se transformar e transformar a própria realidade."

Exatamente por isso, o CEDECA procura trabalhar a auto-estima das pessoas (em geral, muito baixa). Cada criança recebe um atendimento personalizado e os educadores sabem de onde ela vem, quem são seus pais, se ela está freqüentando a escola, se tem irmãos etc. Nesse sentido, o cadastro das crianças é completo.

Entre a comunidade e a organização, além de uma parceria bem sucedida, existe muita confiança. Não há distinção e nem guetos. Procura-se mesclar e criar vínculos entre todas as facções presentes no bairro, evitando-se que uma se fortaleça em detrimento de outras. Tem funcionado muito bem.

Apesar da falta de preparo administrativo dos funcionários e voluntários, a organização realiza anualmente um planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Essa é uma das razões que explicam o alinhamento de toda a equipe: os membros possuem o mesmo discurso em relação à entidade. A prestação de contas também é feita de forma muito clara e organizada. A falta de preparo administrativo é compensada pela procura de bolsas de estudo em cursos rápidos e eventuais realizados por faculdades e universidades presentes em São Paulo.

A coordenadora do CEDECA explica que a instituição está enfrentando uma crise de crescimento: "Nosso grande desafio é não virar um posto de atendimento. Nós temos que nos profissionalizar, mas sem perder a coisa de sentimento. Se a pessoa vem aqui estrupada, com uma feição muito triste, dar o nome para ser atendida e só há horário daqui há 10 dias, é necessário dar uma brecha. Senão, de repente, o ativismo acaba sendo absorvido e perdemos nosso foco. Precisamos fortalecer cada vez mais nossa ideologia e nossa mística."

Vale ressaltar que a maioria do material de mídia publicado em relação ao CEDECA traz elogios ao trabalho da entidade, citando inclusive alguns dos prêmios por ela recebidos. Não fazem menção à crise e nem apelam a doações desesperadas.

7. PATERNALISMO NO TERCEIRO SETOR: CONCLUSÕES

Vale ressaltar que alguns dos resultados obtidos a partir dos estudos de caso não necessariamente se aplicam ao restante das instituições do terceiro setor. Podem, portanto, restringir-se ou não à amostra pesquisada. Contudo, algumas conclusões interessantes podem ser extraídas a partir das análises anteriores.

7.1 - Concepção Contraditória

As organizações do terceiro setor escondem, em sua concepção, uma contradição interessante: quanto mais eficazes se mostrarem no cumprimento de sua tarefa, maior o seu risco de desaparecimento.

Ao contrário da lógica privada, onde a probabilidade de expansão dos negócios aumenta em proporção direta ao bom desempenho de uma empresa, no terceiro setor, quanto melhor as pessoas forem atendidas, menor será a possibilidade de recorrerem novamente àquele serviço. Portanto, essas organizações agem contra si próprias, no sentido de criar condições suficientes para que não mais precisem existir. De forma semelhante, funciona o relacionamento entre pais e filhos. Ao mesmo tempo em que os pais procuram preparar seus filhos para o futuro, criando-os para se tornarem seres humanos seguros e independentes, temem que isso os leve para longe.

Assim, a tentação para que as organizações do terceiro setor adotem uma postura paternalista, ao contrário de buscar promover a auto-sustentabilidade do público-alvo envolvido, é muito grande. Portanto, constata-se a necessidade de se mudar a ótica sob a qual a sociedade observa o terceiro setor. Ele não abrigar unicamente pessoas bem intencionadas que praticam caridade, fadadas a salvar o mundo. Corresponde a um setor como outro qualquer, onde são realizados grandes investimentos, mesmo apesar dos fins não serem lucrativos. Exatamente

por isso, engloba seres com interesses e sentimentos divergentes, requerendo, portanto, a conciliação de diferentes idéias e valores.

7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade

Conforme já comentado no presente trabalho, o terceiro setor brasileiro está fortemente calcado em valores da caridade cristã. Esse catolicismo popular implantado por leigos e fortemente influenciado pela miscigenação de raças e credos diferentes afeta as associações de caráter voluntário:

Somos fiéis devotos de santos e também cavalos de santo, de orixás, e com cada um deles nos entendemos muito bem pela linguagem direta da patronagem ou do patrocínio místico – por meio de preces, promessas, oferendas, despachos, súplicas e obrigações que, a despeito de diferenças aparentes, constituem uma linguagem ou código de comunicação com o além que é obviamente comum e brasileira. Do mesmo modo que temos pais, padrinhos e patrões, temos também entidades sobrenaturais que nos protegem. DAMATTA (1984, p. 114-115)

Esses valores caridosos implicam um sub-aproveitamento do grande potencial de transformação social do terceiro setor, pois sua exploração não acontece de forma inteligente. Vislumbra-se unicamente o presente e pouco se faz em relação a propostas de longo prazo, importantíssimas para evitar a reincidência de problemas comuns.

A assistência à população... esteve marcada pela lógica da autoridade tradicional, onde cabe aos “senhores” a iniciativa da proteção aos “pobres”, segundo o sistema hierárquico do dom e da lealdade. (LANDIM, 1993, p.16)

Naturalmente, práticas de fins unicamente assistencialistas podem ser justificadas pelo grande número de situações urgentes encontradas em nossa sociedade. As pessoas se mobilizam fornecendo soluções rápidas de curtíssimo prazo para questões de caráter emergencial. Entretanto, essas ações são, em geral, de baixo

alcance, já que a limitação dos recursos disponíveis não permite que muitas pessoas sejam atingidas. Seu caráter multiplicativo também se mostra muito pequeno.

Mesmo os indivíduos envolvidos não são totalmente beneficiados. Ao invés de propiciar o desenvolvimento humano, o paternalismo cria uma relação de dependência. Ataca-se a consequência e não a causa. Dessa forma, o problema continua existindo e as pessoas não recebem ferramentas para evitar sua reincidência .

O efeito psicológico é preocupante. As pessoas que recebem “esmolas” sentem-se incapazes de ascender e melhorar sua condição através do esforço próprio. Ocorre uma transferência de responsabilidade, pois a solução passa a depender do outro e não de si próprio. Isso traz falta de perspectivas, pouca esperança e conformismo com a situação vivenciada diariamente. Não se incentiva o protagonismo e a iniciativa.

YUNUS (2000, p.38-39) discute a questão da esmola e suas consequências danosas. Afirma que, por alguns tostões podemos aplacar nossa consciência. Aquele que dá fica com a impressão de que fez alguma coisa, mas não fez absolutamente nada:

A caridade não é uma solução, nem a longo nem a curto prazo. O mendigo passará para o carro seguinte e recomeçará. E acabará por ver seu “benfeitor”, como alguém de quem agora precisa para viver... . Do ponto de vista do beneficiário, a caridade pode ter efeitos desastrosos. Em muitos casos ela desmotiva o mendigo a sair de sua situação. Não questiono o dever moral da ajuda nem o impulso que nos leva a ajudar os necessitados; condeno apenas a forma de que se reveste essa ajuda.
YUNUS (2000, p.38-39)

Esse exemplo em escala individual ilustra perfeitamente o que ocorre em escala mundial com a ajuda externa. A dependência em relação à ajuda cria um ambiente

favorável aos governos que são mestres na arte de sempre negociar por mais ajuda.

O principal problema é que raramente um financiador se dispõe a eternalizar seus investimentos. Quando um dia finalizados, projetos sociais paternalistas acabam indo totalmente contra seus propósitos iniciais, já que as condições das pessoas ficam piores do que antes. Indivíduos, que experienciaram melhores condições de vida, vêem-se repentinamente obrigados a retornarem a sua situação inicial.

Relações paternalistas podem ser altamente catastróficas, pois despertam expectativas e esperanças que não serão posteriormente correspondidas. Esse quadro se torna ainda mais agravante quando se lida indivíduos portadores de múltiplas carências e necessidades.

SPINK e CAMAROTTI (2000) discutem alguns casos de sucesso no combate à pobreza no Brasil e apresentam algumas conclusões baseadas na experiência prática, dentre as quais insistem na necessidade de confrontar as relações paternalistas e clientelistas visando à emancipação e ao empowerment da população para que ela tenha voz na defesa de seus interesses.

Além disso, incluem que a visão da solidariedade pode ser bem intencionada como postura moral, mas por outro lado pode também estar indicando um retrocesso, ao classificar “o pobre” como “coitado” ou “vítima” e estimular apenas as tradicionais práticas caritativas. Segundo os escritores, a participação social ainda está em construção e os atores engajados na promoção de um reequilíbrio socioeconômico precisam buscar caminhos que rompam a tutela e criem instrumentos que possibilitem um desenvolvimento verdadeiramente participativo e sustentável. Defendem que a emancipação cívica e a conquista da cidadania ativa são um processo de ampliação do universo cultural e educacional.

Nota-se, na sociedade brasileira, um certo movimento contrário à inércia tradicionalmente existente no país. Surgem paulatinamente novas experiências e iniciativas capazes de comprovar que existem maneiras melhores e mais sensatas de se recriar a ordem estabelecida, deixando de vislumbrar o paternalismo como o único mecanismo de legitimação social dentro do terceiro setor. A própria

experiência do CEDECA discutida nesse trabalho demonstra um grande avanço nesse sentido.

DIMENSTEIN (2001) afirma que a atitude geral do brasileiro era basicamente infantil - muito desejo e pouca responsabilidade, dificuldade de perceber-se e, mais ainda, de perceber o outro - algo compreensível na criança, mas um sinal de retardamento mental num adulto. Para muitos, a cidadania ainda se encerra nos direitos – quase nunca nos deveres – e o compromisso com a comunidade limita-se ao voto a cada quatro anos. Porém, aos poucos, rompe-se a visão indigente e perversa de que os indivíduos são públicos apenas se ocupam cargos no poder oficial e de que devemos, sempre, esperar pelas soluções dos governantes.

A partir da análise desenvolvida, espera-se contribuir para uma maior profissionalização do terceiro setor brasileiro, tornando-o capaz de canalizar esforços em ações realmente benéficas que possam de fato contribuir no urgente processo de melhoria da qualidade de vida da sociedade. O momento para esse tipo de mudança de atitude é propício, pois com esse crescimento recente e desenfreado, ainda não houve tempo de se estabelecer uma estrutura definitiva e completa para o terceiro setor no país.

*Muda que quando a gente muda o mundo muda com a gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente!
Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro!
Até quando você vai ficar levando porrada, até quando vai ficar sem fazer nada?
(Gabriel, O Pensador)*

8. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio. *Política Social, Pobreza e Desigualdade: A Prática da Teoria*.

BARBOSA, LÍVIA. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1992.

BARRO, B. T. e PRATES M.A. S. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo, Atlas, 1996.

BRESLER, Ricardo. A roupa surrada e o pai. In: MOTTA, Fernando C. e CALDAS, Miguel P. *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo : Editora Atlas, 1997.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. *Estratégias locais para a Redução da Pobreza. Construindo a cidadania*. EAESP/FGV, 2000. Capítulo final – Conclusão: Apresentação do Consenso.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 7ª Ed. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1994.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O ano em que o brasileiro começou a perder a infantilidade*. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano – 30/12/2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERNANDES, Rubens Cesar. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro : Editora Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubens César. O que é o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentando. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª Ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1991.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1993.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-Cidadã: Uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentando*. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra S.A.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. Cap. 1 An Introduction to institutions and institutional change.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro, 1995.

SCHWARTZMANN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Campus, 1982.

SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *O Desenvolvimento como Expansão de Capacidades*. Em: Lua Nova, n 28/29. 1993.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Com Alan Jolis. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino : Editora Ática, 2000.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC 2002

PRÁTICAS PATERNALISTAS NO
TERCEIRO SETOR

Autora: Michelle Ferreti

Orientador: Prof. Mário Aquino Alves

D₂ acordo
1/08/02

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Metodologia.....	4
3. Traços Paternalistas na Cultura Brasileira	6
3.1 – Conceitos e Origens	6
3.2 – Mecanismos de inserção social.....	8
4. Efeitos do paternalismo no mundo do trabalho e na forma de gestão	11
5. História do Terceiro Setor no Brasil.....	13
6. Estudos de Caso	15
6.1 – Associação Lar Feliz	15
6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)	19
6.2.1 – Histórico e Localização.....	19
6.2.2 – A Atuação da Entidade.....	20
6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes	23
7. Paternalismo no Terceiro Setor: Conclusões	26
7.1 - Concepção Contraditória.....	26
7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade	27
8. Bibliografia.....	31

1. INTRODUÇÃO

A humanidade já experimentou as mais diferentes saídas para alcançar um mundo mais justo ou, nas palavras de Amartya Sen, um mundo onde as pessoas possam “ter a liberdade de viver o tipo de vida desejado”. Destituiu reis, realizou grandes guerras, provocou revoluções, contestou e brigou como todo adolescente em busca da construção da própria identidade. Porém, aos poucos, a maturidade foi chegando e as experiências desmistificaram o poder das grandes utopias. Iniciou-se então a busca por saídas menos radicais, alternativas viáveis de implementação que se encaixem dentro da complexidade do sistema atual.

Nesse contexto, o terceiro setor, reunindo e mesclando características tanto da área privada quanto da pública, emerge com vigor enquanto um espaço de expressão da sociedade civil. Apesar de quase tão antigo quanto o homem, o terceiro setor se fortalece na medida em que as pessoas percebem nitidamente como a situação vivida pelo outro influencia sua própria realidade e decidem, portanto, se unir para lutar pelos interesses coletivos e individuais em uma dimensão paralela à existência do Estado.

Essa nova alternativa de reinventar a sociedade tem-se mostrado interessante, uma vez que as organizações surgidas conhecem seu público-alvo mais de perto e, portanto, poderiam ser mais eficientes ao alocar recursos e solucionar os problemas existentes, constituindo um importante laboratório de experiências passíveis de multiplicação em outros locais através do Estado.

Nesse sentido, o presente estudo realiza uma análise do terceiro setor brasileiro a partir de seu esqueleto, considerando para tanto, sua evolução dentro do processo histórico-cultural do país. Pretende, assim, comprovar que, para facilitar sua inserção social e legitimar suas ações, o setor acaba apelando, com frequência, para práticas paternalistas de gestão de conseqüências danosas e pouco eficientes para atingir os propósitos que ele se dispõe a alcançar.

2. METODOLOGIA

Para confeccionar esse trabalho foi adotada uma metodologia exploratória que compreende o levantamento de material bibliográfico e estudos de caso em duas organizações do terceiro setor: uma organização tradicional, ligada à assistência social e outra ligada a empresas privadas e que tem uma atuação social de destaque.

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa está calcado em bibliografias consagradas sobre os seguintes temas:

I - Terceiro setor e sociedade civil: foi feito um levantamento geral a respeito do terceiro setor no Brasil e no mundo com o objetivo de obter subsídios mínimos para a compreensão do significado desse conceito e da importância de seu papel dentro da sociedade moderna.

II - Administração de organizações sem fins lucrativos: a maneira peculiar como é feita a gestão das atividades dentro das organizações sem fins lucrativos mostra-se fundamental para a compreensão do funcionamento dessas entidades.

III - Cultura brasileira / Traços paternalistas na gestão brasileira: esse estudo visa a rastrear a existência de práticas paternalistas ao longo da história e do desenvolvimento brasileiro. As influências da cultura e de outras construções sociais colaboram para explicar as relações dentro do terceiro setor.

Para os estudos de caso, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

I - Análise de documentos da organização: foram estudadas publicações liberadas pela imprensa a respeito da organização, considerando também seu histórico e comunicados gerais, bem como folders e outros materiais internos e de publicidade institucional.

II - Entrevistas semi-estruturadas com membros das referidas organizações, desde os principais dirigentes, bem como com funcionários e beneficiários do trabalho das mesmas.

3. TRAÇOS PATERNALISTAS NA CULTURA BRASILEIRA

3.1 – Conceitos e Origens

Por paternalismo, entende-se um sistema de relações segundo uma concepção patriarcal, conforme a qual o indivíduo dotado de mais poder controla e abusa dos demais, dissimulando, para tanto, seu excesso de autoridade sob a forma de cuidados e proteção. Sua atuação assemelha-se, assim, à de um pai em relação aos próprios filhos com a diferença de que o amparo não é incondicional como ocorre no âmbito familiar. Ao contrário, alguns benefícios e favores são exigidos em troca.

Apesar de ter-se legitimado dentro da cultura brasileira, o paternalismo esconde um traço muito perverso: permeia as mais diversas relações de maneira informal e subliminar. Muitas vezes, não se manifesta de forma suficientemente intensa para que o indivíduo tome consciência dele e possa combatê-lo. E caso seja percebido, nem sempre apresenta saídas fáceis para que o cidadão se liberte das amarras impostas. Em determinadas situações, o silêncio e a resignação configuram a única alternativa, exatamente como acontece com um filho em posição hierarquicamente inferior a seu pai.

A origem do paternalismo no Brasil remete à época do descobrimento. Quando o português alcançou as terras brasileiras, encontrou por aqui povos indígenas já instalados, com um estilo de vida próprio. Dessa forma, para ocupar-se do território e explorá-lo da maneira que considerasse mais conveniente, teria duas opções: apelar para a violência ou integrar-se aos índios. Em um primeiro momento, o europeu preferiu se integrar e, dessa forma, começaram a se estabelecer as primeiras relações paternalistas no país.

Os índios, interessados nos bens encantadores trazidos pelos navios portugueses, apelavam para um velho costume conhecido como *Temericó* para incorporar os portugueses à sua comunidade. Entregavam-lhes uma moça índia como esposa e,

caso aceitassem, passariam automaticamente a ser parente de toda a tribo. Frente à perspectiva de recrutar mão-de-obra indígena para a realização de trabalhos pesados, os portugueses aproveitaram-se dessa técnica de apadrinhamento e passaram a realizar diversos casamentos desse tipo ao longo do litoral. RIBEIRO (1995) chamou de *cunhadismo* essa instituição que possibilitou inicialmente a formação do povo brasileiro:

Com uma mão se faz um agrado, acaricia-se a face que com a outra se açoita. Mantém-se relações sexuais para o gozo físico e para a escravização de mão-de-obra. Nesse primeiro momento, a aproximação foi personalizada e violentadora.
(BRESLER, 2000 p.128)

Em 1932, visando proteger seus interesses, ameaçados pelo *cunhadismo* generalizado, a Coroa portuguesa apela novamente ao paternalismo e implementa no Brasil o regime das capitanias hereditárias. Para tanto, nomeou alguns protegidos de sua confiança para tomar posse de pedaços de terras brasileiras com a função de povoá-las e torná-las produtivas. Os contemplados com as doações, recebiam o título de capitães donatários e eram investidos de poderes feudais pelo rei para governar sua gleba (RIBEIRO, 1995, p.86). Caso morressem, seus filhos e netos se tornariam os donos de suas posses. Dessa forma, começa a se enraizar no país uma estrutura hierárquica forte com pequena mobilidade social. A recompensa pelo trabalho é substituída pela concentração de privilégios em uma camada social pouco numerosa.

O europeu que veio para o Brasil, tipificado como *aventureiro*, objetivava “colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1991, p.13). Caracterizava-se como um homem que sempre via a possibilidade de escravizar alguém para se livrar da labuta. Não gostava de “sujar as mãos” (HOLANDA, 1991, p.13) e, por isso, originou na sociedade brasileira uma forte aversão e desprezo pelo trabalho manual. Mais tarde, com a adoção da mão-de-obra escrava, a depreciação do trabalho manual se aprofundou ainda mais, pois ele passa a ser reconhecido como serviço de negros, cuja raça era considerada inferior pelos brancos.

Com a formação de núcleos econômicos no nordeste a partir da exploração do cultivo de cana-de-açúcar, a sociedade brasileira começa a ganhar um corpo mais definido. A família permanecia como base e centro de toda a organização na época. Os escravos, como agregados, dilatavam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pai. A própria palavra "família" deriva de *famulus*, termo ligado à idéia de escravidão, onde até mesmo os filhos, apesar de livres, estavam inteiramente subordinados ao patriarca. (HOLANDA, 1991, p.49)

Os resquícios do triângulo básico que formou o país - trabalho escravo, a família patriarcal e o latifúndio agrário-exportador - perduram até hoje, contribuindo para a extensão do paternalismo em diferentes esferas sociais.

3.2 – Mecanismos de inserção social

No caso brasileiro, o paternalismo se sustenta por duas pilstras fundamentais: "o personalismo e a concentração de poder" (BARROS e PRATES, 1999, p.39). O personalismo surge como uma herança nos deixada pela cultura ibérica:

Pode-se dizer realmente que, pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. HOLANDA (1991, p.4-5)

Essa forte valorização da pessoa acabou resultando em uma frouxidão da estrutura social. Assim, tornou-se muito difícil realizar um acordo coletivo durável. As leis universalizantes, cujo papel é supostamente tornar os indivíduos iguais, acabam funcionando, na verdade, como um fator de diferenciação social, pois *só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas*. A lei transforma-se no Brasil num instrumento de aprisionamento da massa que deve segui-la, sabendo que existem pessoas bem relacionadas que jamais a obedecem. (DAMATTA, 1983, p.184).

Até mesmo na política local podemos notar a forte presença do personalismo, principalmente no que cerne à autoridade carismática. Getúlio Vargas, Juscelino

Kubitschek, Leonel Brizola, Fernando Collor, são exemplos de figuras que englobaram a instituição do partido político e deixaram-no em segundo plano para colocarem-se em um patamar superior (BARROS e PRATES, 1999, p.37).

Comprova-se assim, que o cidadão brasileiro destaca-se muito mais pelas relações pessoais que por suas habilidades e méritos. O próprio sucesso do carnaval acontece, pois ele se configura como uma oportunidade em que as pessoas podem mudar de lugar pelo próprio desempenho:

Os apadrinhamentos são policiados e o povo age como jamais pode realmente operar: como juiz supremo que conhece as regras do jogo e as aplica com gana e justiça. Carnaval, pois, é a inversão porque é uma competição em uma sociedade marcada pela hierarquia. É a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade.

DAMATTA (1994, p. 77-78)

Vale ressaltar, entretanto, que até mesmo as escolas de samba possuem seus patronos. Apesar das regras da competição serem mais claras e dependerem do desempenho coletivo, o volume de recursos financeiros captado por cada escola influi fortemente no resultado, pois permite que o show se torne ainda mais deslumbrante. Fantasias, carros alegóricos e efeitos especiais custam caro. Exatamente por isso, a competição funciona na base do PATROcínio que, na grande maioria dos casos, provém principalmente do jogo do bicho.

O próprio discurso denuncia os traços paternalistas na cultura brasileira. Frases do tipo: *“Você sabe com quem está falando?”* fazem uso da autoridade e do poder, partindo do pressuposto que as desigualdades sociais têm algum valor classificatório perante a lei. (BARBOSA, 1992).

Toda essa construção social acaba transmitindo para as pessoas uma certa sensação de impotência perante os acontecimentos diários no país. Dessa forma, o brasileiro torna-se muito resignado à própria condição e tem uma enorme

dificuldade em protestar e defender as causas, nas quais ele acredita. A sensação de inércia e injustiça predomina com tanta intensidade que, ao contrário de lutar pelo que deseja, ele acaba adotando uma postura de espectador e assiste calado a diversos absurdos que ocorrem no país. Adotando a religião como saída, dá origem ao mito de que Deus é brasileiro (DAMATTA, 1994). Portanto, o povo brasileiro tem Deus e o tempo como recursos inesgotáveis.

Encorajado pela desigualdade de poderes, o indivíduo adota um alto grau de alienação, passividade e pouca iniciativa. Isso faz do Brasil um país, cujo povo procura evitar situações de conflitos, pois há certo consenso de que o enfrentamento de situações injustas não trará necessariamente resultados positivos para quem está correto. Dessa forma, predomina também uma forte sensação de impunidade.

Em contrapartida, para adaptar os absurdos existentes e as ordens impossíveis de serem obedecidas às situações práticas rotineiras, entram em cena a figura do “malandro” e o “jeitinho brasileiro” (BARBOSA, 1992). O jeitinho acaba surgindo também como um mecanismo de diminuição das desigualdades, pois se para os ricos a lei não se aplica, para os pobres ela funciona, mas pode ser submetida a certa flexibilidade. O jeitinho, mais que um modo de viver, é uma forma de sobreviver (DAMATTA, 1986). A malandragem torna-se, assim, um meio de navegação social.

4. EFEITOS DO PATERNALISMO NO MUNDO DO TRABALHO E NA FORMA DE GESTÃO

Da mesma forma que, no sistema escravocrata, a autoridade máxima estava totalmente centrada no pátrio poder, notamos em parte das organizações brasileiras um sistema de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção paternal.

Relações de obediência cega e subordinação incondicional podem ser presenciadas até hoje no ambiente corporativo. Muitas vezes, empregados só agem a partir de diretrizes superiores. Habitua-se de tal maneira a seguir as regras, sem ao menos questioná-las, que perdem sua capacidade de criar e desenvolver suas habilidades em benefício próprio e comum. Essa situação piora quanto mais baixo for o nível hierárquico dentro da pirâmide organizacional. O que não significa necessariamente que esse cenário deixa de existir em posições superiores. Cria-se, dessa forma, não somente dependência financeira em relação ao emprego, como também dependência intelectual em relação ao patrão. Um outro fator destacado por DAMATTA (1983), é a questão da personalidade no trabalho. As pessoas consideradas bem-sucedidas são aquelas que conseguiram "ser alguém" estabelecendo laços de familiares de amizade e simpatia com o patrão, tornando a casa e o trabalho, um o prolongamento do outro. O ideal perseguido é a transformação do emprego no lar. Com isso, começa a haver, no entanto, uma confusão em nível produtivo. Relações supostamente econômicas mesclam-se com laços pessoais e, dessa forma, o poder de controle do chefe sobre seu subordinado se duplica:

O chefe assim pode governar o trabalho, pois é quem oferece emprego e, pode controlar as reivindicações dos empregados, pois apela para a moralidade das relações pessoais que, em muitos casos, e sobretudo nas pequenas empresas e no comércio, tende a ofuscar a relação patrão-empregado.
(DAMATTA 1994, p.32)

O paternalismo caracteriza uma forte estratégia de controle e oferece uma gama de símbolos suficiente para um modelo social que identifica no patrão a figura do pai, fundador e mantenedor da família (empresa), responsável por garantir o sustento material de seus filhos (operários).

Com as relações familiares invadindo o espaço público, o próprio sistema burocrático brasileiro foi influenciado. Os cargos e posições dentro das companhias passaram a ser nomeados para pessoas da família ou amigos de confiança. A competência e o mérito não configuravam mais qualidades importantes. Portanto, a máquina estatal pública passou a ser comandada pela árvore genealógica e, dessa forma, voltou-se aos interesses privados. (BARROS e PRATES, 1999).

Nota-se que, desde o início, o país se forma a partir de uma estrutura excludente e de forte divisão social. A própria posição que o país ocupa na ordem geopolítica internacional pode acabar transmitindo uma mensagem subliminar de que o povo brasileiro existe para servir inquestionavelmente aos outros e necessita da proteção dos mais fortes para sobreviver. RIBEIRO (1995) discorre sobre nosso papel enquanto proletariado externo do mercado internacional, sempre servis às exigências alheias:

O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenda aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Não nos esqueçamos de que o Brasil foi formado e feito para produzir pau-de-tinta para o luxo europeu. Depois, açúcar para adoçar as bocas dos brancos e ouro para enriquecê-los. Após a independência, nos estruturamos para produzir algodão e café. Hoje, produzimos soja e minério de exportação.

5. HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Historicamente, o terceiro setor está vinculado à filantropia de caridade – em especial àquela patrocinada pelas instituições religiosas e beneficentes. É o caso, por exemplo, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que surgiu em meados do século 19 para prestar assistência médica em áreas de conflito bélico. Estima-se que aproximadamente 30% das entidades sem fins lucrativos no Brasil são religiosas, beneficentes ou de assistência social (LANDIM, 1993).

As primeiras organizações voluntárias surgidas no Brasil foram, de fato, introduzidas pela Igreja Católica e continuaram existindo nos três primeiros séculos basicamente sob seu comando. Desde hospitais e asilos, passando por manicômios, escolas e creches. Exatamente por isso, certos valores da caridade cristã estão até hoje tão presentes. A idéia de ser solidário e fazer o bem para alcançar o reino dos céus após a morte está fortemente enraizada em nossa cultura e permeia o terceiro setor:

Somos um povo que acredita profundamente num outro mundo. Lá, não haveria mais sofrimento, miséria, poder e impessoalidades desumanas. Todos seriam reconhecidos como pessoas e, ao mesmo tempo, leis universais – como a lei da generosidade e a do eterno retorno: quem dá recebe e quem faz algum lá recebe de volta esse mal – seriam válidas para todos.

DAMATTA (1984, p. 117)

LANDIM (1993) ressalta que o tipo de catolicismo implantado no Brasil ficou conhecido como popular, introduzido por agentes leigos não articulados entre si. Surgem assim os santos padroeiros, as devoções, festas e romarias. E é exatamente nesse campo que o indivíduo vai encontrar as associações voluntárias, através das quais tem acesso aos serviços sociais, ao lazer e à convivência social.

Graças a características da sociedade brasileira já discutidas no presente trabalho, existe no país uma grande dificuldade de formação de grupos para lutar pelos interesses coletivos. Temos uma estrutura social afrouxada, pois *em terra onde todos são barões, não é possível um acordo coletivo durável* (HOLANDA 1991, p.5).

Com uma sociedade civil fraca e pouco articulada, o Estado assume um papel importante. No Brasil, os ricos quase sempre dependeram de favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade. Os padrões de relacionamento entre estado e sociedade, tem se caracterizado através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, uma sociedade acovardada, submetida mas, por isso mesmo, fugidia e freqüentemente rebelde (SCHWARTZMANN, 1982, p.14).

Até mesmo os primeiros sindicatos surgiram por iniciativa do Estado. Aliás, não só os sindicatos, mas toda a política trabalhista do governo Vargas constitui um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação estatal. Como consequência, a construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma:

... construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família. FAUSTO (1998, p. 375)

O populismo solidifica-se então no Brasil e os sindicatos, componentes do terceiro setor brasileiro, submetem-se à lógica paternalista. O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistissem às assembléias sindicais. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas (FAUSTO 1998, p.335-336).

6. ESTUDOS DE CASO

Visando estudar empiricamente as hipóteses contidas no presente trabalho, duas entidades do terceiro setor foram analisadas. Ambas localizam-se em regiões muito pobres e seu público-alvo principal compõe-se de crianças e adolescentes. Entretanto, o tipo de atendimento fornecido por elas é completamente diferente: uma possui um caráter mais assistencialista, enquanto a outra adota uma linha de maior incentivo à defesa dos direitos da criança e do adolescente e ao protagonismo juvenil.

6.1 – Associação Lar Feliz¹

A Associação Lar Feliz foi fundada em fevereiro de 1999, em um bairro muito pobre na periferia da cidade de Campinas. Por iniciativa de uma das moradoras da região, conhecida como Maria Antonia Aparecida de Souza, a instituição foi criada com o objetivo de melhorar a vida das crianças da região. Como a grande maioria dos chefes das famílias locais encontra-se desempregada, a fome caracteriza-se como um problema corrente. Portanto, Maria Antonia teve a idéia de reunir os esforços da comunidade no sentido de fornecer refeições diárias às crianças, garantindo que elas tivessem direito a pelo menos uma alimentação decente.

Maria Antonia saiu do interior de São Paulo com os pais em direção a Campinas com um ano de idade para trabalhar em uma fazenda. Estudou até a 4ª série em uma escola rural e teve que ajudar no sustento da família desde pequena. Casou-se aos 15 anos pela primeira vez e teve 3 filhos, os quais, após o divórcio, teve de criar sem a colaboração do marido. Além de trabalhar de bóia-fria, Maria Antonia teve também outras ocupações: empregada doméstica, vendedora de salgadinho, copeira em banco, entre outras. Trabalhando, conheceu seu segundo marido, pai de 4 filhos. Juntos, Maria Antonia e o marido reuniram seus esforços para criar

¹ Vale ressaltar que os nomes utilizados no segundo estudo de caso são fictícios para preservar a identidade das pessoas e da instituição em questão.

suas 7 crianças. Segundo depoimento dela, a fome é uma situação conhecida de sua família: "Lembro que uma vez deixei as crianças com uma vizinha enquanto fui procurar trabalho e, quando voltei, eles só tinham tomado água. Na verdade, eu tinha mais esperança que eles comessem alguma coisa na vizinha do que em conseguir algum trabalho. Estava tudo muito difícil."

Em 1996, após ter sido eleita presidente da Associação de Bairro teve pela primeira vez a idéia de criar uma organização sem fins lucrativos para desenvolver algum tipo de projeto social na região. Entretanto, após quase 3 anos de existência, pode-se dizer que a missão da entidade não conseguiu ser plenamente cumprida. Frequentemente com problemas financeiros, a Associação Lar Feliz vive em constante perigo de ser fechada. Após algumas visitas na organização, as causas dessa situação ficaram mais claras para mim.

Quem conversa com Maria Antonia, ouve dela dezenas de planos para o futuro da organização. Planos que jamais foram verdadeiramente discutidos e colocados no papel. A gestão da entidade configura-se caótica e muito pouco profissional. Não existe um controle minucioso das crianças que recebem as refeições. Existe apenas um caderno antigo na entrada, no qual Maria Antonia, quando possível, coloca apenas o primeiro nome dos jovens que entram no local. Não há, portanto, controle de frequência e a demanda mostra-se muito variável. O atendimento não é personalizado e há muito pouca informação sobre a vida dos jovens. Das 250 crianças que já foram atendidas no local, restaram apenas 150 graças a escassez de recursos financeiros. Até mesmo a conta de telefone foi cortada diversas vezes por falta de pagamento.

Maria Antonia descobriu uma ferramenta interessante para obter doações: a imprensa. Nos momentos de dificuldade, reúne os jornais, revistas e a televisão para pedir apoio e solidariedade à população da cidade. Examinando as publicações de mídia a respeito da Associação Lar Feliz, notei forte semelhança entre todo o material: o discurso utilizado é sempre o do "pobre coitado". Com frequência, recorre-se ao apelo emocional. Manchetes como: "Sem verbas, associação corre o risco de suspender atendimento a crianças", "Famílias sem sopão se viram com cardápio da miséria" e "Associação pede socorro" tornaram-

se uma constância e são sempre seguidas nas próximas edições dos jornais com: "Em crise, associação comemora doações".

Encontrei pouquíssimas reportagens que procuravam valorizar os resultados obtidos pela organização e mesmo essas tratam os beneficiários da instituição como "coitadinhos". Além disso, mencionam detalhes que não pude perceber na prática durante minhas visitas ao local como o desenvolvimento de uma oficina de artesanato com as crianças. O trabalho da entidade limita-se a lutar diariamente para obter doações e comprar alimentos.

As doações são sempre bem-vindas, independentemente de sua origem. Até mesmo um político em campanha já chegou a doar alimentos para uma festa da associação. Obviamente, a doação ocorreu na condição de que o benevolente doador não ficasse no anonimato. Pelo menos metade dos alimentos deveria ser entregue em praça pública para a população local e o nome do doador teria que ser citado algumas vezes. Esse incidente reproduz com clareza a questão do paternalismo enraizado na cultura brasileira, conforme discutido anteriormente nesse trabalho.

Pode-se dizer que há, na instituição, uma grande confusão entre o espaço da casa e do trabalho, ilustrada pelo fato de que muitos dos alimentos comprados com o dinheiro da entidade ficam armazenados na casa da própria Maria Antonia, ao invés de seguirem para a nova sede da organização, recém-construída por funcionários do Banco do Brasil e onde há espaço físico suficiente, mesmo apesar da desorganização existente.

Uma outra característica interessante é que, na cabeça dos moradores da região, a Maria Antonia tornou-se a instituição. Ela é o símbolo do local e não há uma noção definida da existência da organização enquanto espaço público na mente da comunidade. E o mais curioso de tudo: mesmo dedicando todo seu tempo à Associação Lar Feliz, onde recebe um salário muito pequeno, Maria Antonia conseguiu criar perfeitamente seus 3 filhos e 4 enteados, mesmo após a morte do marido.

Vale destacar também que a desorganização interna da entidade é tão grande a ponto dos próprios funcionários não saberem dar informações sobre o local onde trabalham. Maria Antonia concentra tudo em sua memória e não faz muita questão de colocar as coisas no papel. Ela alega falta de tempo e de conhecimento para conseguir desenvolver um trabalho melhor.

Em seu discurso, ao mencionar a comunidade onde viveu durante toda a vida, Maria Antonia faz tratar os moradores como “eles”, ao invés de “nós”, fazendo questão de criar uma certa distinção entre ela e os demais. É como se ela fosse uma grande heroína que aquelas pessoas tiveram a sorte de encontrar em seu caminho.

O contrário também acontece: a comunidade não se apropriou da instituição. Pude perceber isso durante uma festa de fim de ano organizada com o propósito de fornecer às crianças um natal mais feliz. Brinquedos e alimentos foram doados, mas apesar disso, a postura da comunidade em relação à organização foi de profunda insatisfação e revolta. Os presentes foram distribuídos sem critério algum. Enquanto crianças saíam do local com três pacotes, outras não tinham coisa alguma. Foi necessário trancar as portas da sede para conter a população furiosa e desesperada para conseguir pelo menos um presente de natal. Crianças pulavam os muros e imploravam através das janelas por um brinquedo para o Papai Noel. Adultos ameaçavam depredar a sede, caso seus pedidos não fossem atendidos.

Reunindo todos esses fatores, pode-se concluir que a eficiência da Associação Lar Feliz é, no mínimo, questionável. O paternalismo é uma característica extremamente presente e colabora para eternalizar a dependência das pessoas em relação à instituição. Mas, será que é possível fazer diferente? Vejam os casos a seguir.

6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)

6.2.1 – Histórico e Localização

Em 1986, teve início um trabalho de rua junto a adolescentes prostituídas, praticantes de atos infracionais e usuárias de drogas em Sapopemba na Zona Leste de São Paulo. Com o apoio da UNICEF e da Arquidiocese de São Paulo, criou-se uma casa para abrigá-las e, aos poucos, elas foram sendo gradativamente reintegradas a suas famílias.

O abrigo transitório tornou-se a sede do Centro de Defesa da Criança e Adolescente, fundado legalmente em 1991. Seu trabalho foi ampliado através de plantões no bairro para famílias de adolescentes mortos violentamente ou ameaçados de morte. Hoje, sua atuação é ainda mais extensa. O CEDECA tem como objetivo principal a defesa dos direitos, a denúncia, a formação e atendimento da criança e do adolescente e suas famílias.

Sapopemba é uma das áreas mais pobres da cidade. Sua população constitui-se predominantemente de famílias nordestinas que trocaram sua terra de origem pela cidade grande à procura de melhores condições de vida, mas que acabaram se defrontando com uma realidade dura e difícil. A falta de moradia obriga milhares de pessoas a se amontoarem em favelas que surgem em áreas de risco, à beira de córregos malcheirosos, com a constante ameaça de desmoronamentos, sobretudo na época da chuva. A precariedade da rede de esgoto expõe a população ao perigo de contrair graves doenças. A falta de estruturas de lazer deixa os jovens numa situação de ociosidade e apatia. O desemprego obriga milhares de pessoas a viver em situação desumana. Sem emprego, grande parte tenta buscar alternativas na economia informal. Vendedores ambulantes, catadores de papelão e latas, lavadores de vidros de carro competem entre si os espaços nas ruas para ganhar o necessário para a sobrevivência de suas famílias.

Desde muito jovens, as crianças da região são submetidas a várias formas de violência. Até os cinco anos, se não conseguem encontrar vaga na creche, ficam trancadas em casa sendo cuidadas pelos irmãos mais velhos porque os pais

precisam sair para conseguir o dinheiro necessário para a sobrevivência. Quando começam a sair de casa, passam a freqüentar a rua, onde entram em contato com o mundo da droga e da violência. As escolas não conseguem realizar um trabalho de prevenção. Sua taxa de evasão é muito alta só uma pequena parcela dos adolescentes consegue acabar o curso primário.

O traficante, enriquecendo-se rapidamente com suas atividades ilícitas, torna-se referência para os jovens. Em alguns casos, ele é a autoridade local que, com sua suposta generosidade, acaba preenchendo as falhas da assistência pública. Dessa forma, muitos adolescentes acabam se envolvendo no tráfico e no consumo de drogas. A possibilidade de conseguir muito dinheiro com pouco esforço se mostra uma alternativa atraente de garantir prosperidade e sucesso.

Por viverem em famílias sem condições de sustentá-los ou por terem já praticado atos infracionais, muitas crianças e adolescentes já passaram por experiências de internação na FEBEM. Marcados pela passagem na polícia, sem estudo e qualificação profissional, as chances de encontrarem um emprego são muito baixas.

O distrito conta com uma população de 257.617 habitantes. Dentre as famílias que habitam este distrito, 42,61% recebem até 3 salários mínimos e 9,18% não possuem rendimento. Dos domicílios, 1,84% tem precário acesso à água; 18,13% tem precário acesso à esgoto e 1,39% apresenta precária coleta de lixo. No que se refere à educação das crianças, Sapopemba é o pior distrito da cidade quanto à oferta de vagas para creches, apresentando um déficit de 17.360 vagas. Do total de famílias, 15,69% são chefiadas por mulheres, dentre as quais 23,86% não são alfabetizadas. Esses dados² apontam a situação de extremo risco social, ao qual a população infanto-juvenil da região está exposta.

6.2.2 – A Atuação da Entidade

Apesar da escassez de recursos financeiros, o CEDECA desenvolve diversos projetos na região que visam atingir a criança e o adolescente, bem como suas

² Os dados foram fornecidos pela própria entidade

famílias, contribuindo para sua reinserção na sociedade. Para tanto, mantém alguns convênios com a iniciativa privada, a prefeitura e outras ONGs. Seguem abaixo maiores informações sobre alguns dos projetos:

Liberdade Assistida Comunitária (LAC)

Desde o ano de 1986, antes mesmo da constituição jurídica da Entidade, educadores da comunidade já acompanhavam adolescentes e jovens com medida de "Liberdade Assistida Comunitária", trabalho desenvolvido com respaldo do convênio da FEBEM com a Pastoral do Menor. A aprovação do ECA, a valorização do caráter sócio-educativo das medidas destinadas aos adolescentes que cometem atos infracionais e a atenção especial às medidas sócio-educativas em meio aberto estimularam a entidade a investir ainda mais no acompanhamento de adolescentes em Liberdade Assistida. Visa demonstrar que é possível trabalhar a recuperação do adolescente autor de ato infracional em sua comunidade de origem, respeitando desta forma os princípios constitucionais da proximidade da família, da convivência comunitária, da garantia de escolaridade e trabalho.

O sucesso do trabalho é confirmado pela diminuição do número de adolescentes envolvidos em atos infracionais e pela redução da porcentagem de reincidência. Além de abandonar a prática infracional, os adolescentes recuperam a auto-estima e tomam consciência de sua dignidade. Não é suficiente "não ser mais bandido". O mais importante é se tornar cidadão de verdade, que volta à sociedade com o olhar de quem sabe denunciar o que está errado e sabe arregaçar as mangas para criar as condições para uma vida mais digna para si e para seus filhos.

Nasci para Voar (NPV)

Projeto de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco físico e social. Visa oferecer às crianças e adolescentes que passam a maior parte do tempo nas ruas sujeitos ao envolvimento com drogas, (e às respectivas famílias)

atendimento através de atividades lúdicas, esportivas, culturais e profissionalizantes, com intuito de resgatar sua cidadania, apontando possíveis caminhos para garantir uma vida mais digna.

Para tanto, desenvolvem-se as seguintes atividades:

- Atendimento Psicológico Social
- Atendimento Jurídico
- Esporte, Lazer e Cultura: capoeira, dança, coral, violão, futebol, Hip-Hop, teatro, campeonato de futsal, passeio à praia etc.
- Acompanhamento às famílias

Projeto Bacana

As poucas alternativas de profissionalização (datilografia e digitação), existentes na região são, em sua grande maioria, de iniciativa privada. Além de serem de alto preço e, portanto, inacessíveis aos jovens de baixa renda, não oferecem uma proposta pedagógica adequada à população carente.

Sem qualificação profissional, os jovens acabam sendo obrigados a aceitar qualquer serviço, trabalhando em condições precárias, sem carteira registrada, expostos ao risco de acidentes, o que prejudica ainda mais sua situação.

Por isso, este projeto foi pensado com o objetivo de profissionalizar os adolescentes graças a um convênio com a iniciativa privada. Além da profissionalização, ele visa criar uma consciência crítica e civil nos adolescentes, bem como um vínculo com os educadores do CEDECA, que proporcione um melhor acompanhamento dos adolescentes e suas famílias. Os cursos são de: eletrônica, informática, suporte técnico, cabeleireiro, esteticista, eletricitista, computação, entre outros.

Jurídico

A equipe jurídica do CEDECA é formada por três advogadas e dois estagiários e seu objetivo primordial consiste em servir de instrumento para ajudar a viabilização dos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, a demanda do departamento jurídico surge da necessidade da comunidade. Como a entidade atua conjuntamente pela garantia e efetivação dos direitos humanos, um dos instrumentos utilizados é a denúncia das violações de tais direitos. Assim sendo, O CEDECA fornece um plantão jurídico com a pretensão de dar orientações e encaminhamentos à comunidade. Além disso, cada um dos projetos também recebe respaldo de profissionais especializados:

- LAC: Acompanhamento dos casos através de procuração e da execução da medida junto ao Departamento de Execução da Infância e Juventude (DEIJ).
- NPV: O departamento jurídico atua de maneira a denunciar a violência doméstica e o abuso sexual, fazendo campanhas de prevenção e acompanhando as vítimas no processo de denúncia e apuração.

6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes - uma comparação

Assim como a Associação Lar Feliz, o CEDECA possui escassez de recursos financeiros, grande limitação de staff (32 pessoas no total) e pouco espaço físico para desenvolver suas atividades. É muito difícil para a organização estabelecer parcerias com empresas privadas interessadas em investir no marketing social, já que a visibilidade de tal parceria fica comprometida pelo afastamento do CEDECA em relação ao centro da cidade.

Entretanto, ao invés de adotar uma postura passiva e conformista, apelando para a imagem do “pobre coitado” para obter o que é necessário para o funcionamento da organização, o CEDECA possui uma atitude pró-ativa e não encara seu trabalho como uma ajuda benevolente para a população local. Ao contrário, considera estar devolvendo à comunidade alguns direitos que, graças a uma série de razões, foi-lhes arrancado.

Ao invés de contar unicamente com a caridade alheia, o CEDECA procura estabelecer redes e vínculos dentro de sua própria comunidade. Segundo um funcionário da entidade: “A gente cuida um do outro!”.

Está sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Abrinq, um novo projeto conhecido como Raízes, cujo objetivo é resgatar um pouco da identidade dos adolescentes da região, já que muitos deles não sabem direito o nome dos pais, avós e possuem muito pouca informação sobre suas origens. A essência é discutir um pouco da cultura brasileira com os jovens. Portanto, a cada seis meses, elege-se um estado para ser estudado e trabalham-se questões como: história, comidas típicas, danças, arte, música etc. A garotada aprende e depois apresenta para a comunidade em alguma festa organizada pela instituição com a colaboração de todos. As mães costuram as roupas, os vizinhos maquiavam as crianças e, dessa forma, eles começam a se conhecer verdadeiramente. São estabelecidas redes de contato entre as pessoas, de forma que elas passam a realmente conviver, ao invés de apenas co-habitar o mesmo espaço.

A importância de se envolver toda a comunidade nos projetos é ressaltada pelos membros do CEDECA. Um deles afirma que: "Na verdade, a criança que chega até nós é a ponta do iceberg. Normalmente, a família enfrenta muitos problemas e os adultos são em alguns momentos mais carentes que os próprios filhos. Eles estão sempre rodeando as atividades que desenvolvemos no bairro."

Ao se percorrer os projetos existentes em Sapopemba, nota-se uma diferença gritante no discurso em relação à Associação Lar Feliz. A própria assistente social da Prefeitura de São Paulo elogia o trabalho desenvolvido: "É um trabalho muito bonito, sério e corajoso. Na maioria do tempo, fala-se em direitos e ensinam-se as pessoas a lutarem por si mesmas, ao invés de se fazer isso por elas."

Aos sábados, está sendo ministrado um curso para advogadas populares, preparando o pessoal para conhecer os direitos. A única condição para frequentá-lo é comprometer-se em disseminar a informação recebida. Paga-se através da multiplicação do conhecimento adquirido. Segundo uma das coordenadoras do CEDECA: "Esse é o caminho: o da troca. Tem muita coisa que não precisa de tanto dinheiro, mas se cada um colaborar oferecendo um serviço, nós vamos multiplicando isso".

Aprender sobre os próprios direitos não é algo restrito aos adultos. As crianças também discutem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e fazem poesia,

música e desenhos a respeito da lei. Membros do CEDECA afirmam que: “A criança não deve vir aqui apenas para se ocupar. Ela vem para se ocupar, se transformar e transformar a própria realidade.”

Exatamente por isso, o CEDECA procura trabalhar a auto-estima das pessoas (em geral, muito baixa). Cada criança recebe um atendimento personalizado e os educadores sabem de onde ela vem, quem são seus pais, se ela está freqüentando a escola, se tem irmãos etc. Nesse sentido, o cadastro das crianças é completo.

Entre a comunidade e a organização, além de uma parceria bem sucedida, existe muita confiança. Não há distinção e nem guetos. Procura-se mesclar e criar vínculos entre todas as facções presentes no bairro, evitando-se que uma se fortaleça em detrimento de outras. Tem funcionado muito bem.

Apesar da falta de preparo administrativo dos funcionários e voluntários, a organização realiza anualmente um planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Essa é uma das razões que explicam o alinhamento de toda a equipe: os membros possuem o mesmo discurso em relação à entidade. A prestação de contas também é feita de forma muito clara e organizada. A falta de preparo administrativo é compensada pela procura de bolsas de estudo em cursos rápidos e eventuais realizados por faculdades e universidades presentes em São Paulo.

A coordenadora do CEDECA explica que a instituição está enfrentando uma crise de crescimento: “Nosso grande desafio é não virar um posto de atendimento. Nós temos que nos profissionalizar, mas sem perder a coisa de sentimento. Se a pessoa vem aqui estrupada, com uma feição muito triste, dar o nome para ser atendida e só há horário daqui há 10 dias, é necessário dar uma brecha. Senão, de repente, o ativismo acaba sendo absorvido e perdemos nosso foco. Precisamos fortalecer cada vez mais nossa ideologia e nossa mística.”

Vale ressaltar que a maioria do material de mídia publicado em relação ao CEDECA traz elogios ao trabalho da entidade, citando inclusive alguns dos prêmios por ela recebidos. Não fazem menção à crise e nem apelam a doações desesperadas.

7. PATERNALISMO NO TERCEIRO SETOR: CONCLUSÕES

Vale ressaltar que alguns dos resultados obtidos a partir dos estudos de caso não necessariamente se aplicam ao restante das instituições do terceiro setor. Podem, portanto, restringir-se ou não à amostra pesquisada. Contudo, algumas conclusões interessantes podem ser extraídas a partir das análises anteriores.

7.1 - Concepção Contraditória

As organizações do terceiro setor escondem, em sua concepção, uma contradição interessante: quanto mais eficazes se mostrarem no cumprimento de sua tarefa, maior o seu risco de desaparecimento.

Ao contrário da lógica privada, onde a probabilidade de expansão dos negócios aumenta em proporção direta ao bom desempenho de uma empresa, no terceiro setor, quanto melhor as pessoas forem atendidas, menor será a possibilidade de recorrerem novamente àquele serviço. Portanto, essas organizações agem contra si próprias, no sentido de criar condições suficientes para que não mais precisem existir. De forma semelhante, funciona o relacionamento entre pais e filhos. Ao mesmo tempo em que os pais procuram preparar seus filhos para o futuro, criando-os para se tornarem seres humanos seguros e independentes, temem que isso os leve para longe.

Assim, a tentação para que as organizações do terceiro setor adotem uma postura paternalista, ao contrário de buscar promover a auto-sustentabilidade do público-alvo envolvido, é muito grande. Portanto, constata-se a necessidade de se mudar a ótica sob a qual a sociedade observa o terceiro setor. Ele não abrigar unicamente pessoas bem intencionadas que praticam caridade, fadadas a salvar o mundo. Corresponde a um setor como outro qualquer, onde são realizados grandes investimentos, mesmo apesar dos fins não serem lucrativos. Exatamente

por isso, engloba seres com interesses e sentimentos divergentes, requerendo, portanto, a conciliação de diferentes idéias e valores.

7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade

Conforme já comentado no presente trabalho, o terceiro setor brasileiro está fortemente calcado em valores da caridade cristã. Esse catolicismo popular implantado por leigos e fortemente influenciado pela miscigenação de raças e credos diferentes afeta as associações de caráter voluntário:

Somos fiéis devotos de santos e também cavalos de santo, de orixás, e com cada um deles nos entendemos muito bem pela linguagem direta da patronagem ou do patrocínio místico – por meio de preces, promessas, oferendas, despachos, súplicas e obrigações que, a despeito de diferenças aparentes, constituem uma linguagem ou código de comunicação com o além que é obviamente comum e brasileira. Do mesmo modo que temos pais, padrinhos e patrões, temos também entidades sobrenaturais que nos protegem. DAMATTA (1984, p. 114-115)

Esses valores caridosos implicam um sub-aproveitamento do grande potencial de transformação social do terceiro setor, pois sua exploração não acontece de forma inteligente. Vislumbra-se unicamente o presente e pouco se faz em relação a propostas de longo prazo, importantíssimas para evitar a reincidência de problemas comuns.

A assistência à população... esteve marcada pela lógica da autoridade tradicional, onde cabe aos “senhores” a iniciativa da proteção aos “pobres”, segundo o sistema hierárquico do dom e da lealdade. (LANDIM, 1993, p.16)

Naturalmente, práticas de fins unicamente assistencialistas podem ser justificadas pelo grande número de situações urgentes encontradas em nossa sociedade. As pessoas se mobilizam fornecendo soluções rápidas de curtíssimo prazo para questões de caráter emergencial. Entretanto, essas ações são, em geral, de baixo

alcance, já que a limitação dos recursos disponíveis não permite que muitas pessoas sejam atingidas. Seu caráter multiplicativo também se mostra muito pequeno.

Mesmo os indivíduos envolvidos não são totalmente beneficiados. Ao invés de propiciar o desenvolvimento humano, o paternalismo cria uma relação de dependência. Ataca-se a conseqüência e não a causa. Dessa forma, o problema continua existindo e as pessoas não recebem ferramentas para evitar sua reincidência .

O efeito psicológico é preocupante. As pessoas que recebem “esmolas” sentem-se incapazes de ascender e melhorar sua condição através do esforço próprio. Ocorre uma transferência de responsabilidade, pois a solução passa a depender do outro e não de si próprio. Isso traz falta de perspectivas, pouca esperança e conformismo com a situação vivenciada diariamente. Não se incentiva o protagonismo e a iniciativa.

YUNUS (2000, p.38-39) discute a questão da esmola e suas conseqüências danosas. Afirma que, por alguns tostões podemos aplacar nossa consciência. Aquele que dá fica com a impressão de que fez alguma coisa, mas não fez absolutamente nada:

A caridade não é uma solução, nem a longo nem a curto prazo. O mendigo passará para o carro seguinte e recomeçará. E acabará por ver seu “benfeitor”, como alguém de quem agora precisa para viver... . Do ponto de vista do beneficiário, a caridade pode ter efeitos desastrosos. Em muitos casos ela desmotiva o mendigo a sair de sua situação. Não questiono o dever moral da ajuda nem o impulso que nos leva a ajudar os necessitados; condeno apenas a forma de que se reveste essa ajuda.

YUNUS (2000, p.38-39)

Esse exemplo em escala individual ilustra perfeitamente o que ocorre em escala mundial com a ajuda externa. A dependência em relação à ajuda cria um ambiente

favorável aos governos que são mestres na arte de sempre negociar por mais ajuda.

O principal problema é que raramente um financiador se dispõe a eternalizar seus investimentos. Quando um dia finalizados, projetos sociais paternalistas acabam indo totalmente contra seus propósitos iniciais, já que as condições das pessoas ficam piores do que antes. Indivíduos, que experienciaram melhores condições de vida, vêem-se repentinamente obrigados a retornarem a sua situação inicial.

Relações paternalistas podem ser altamente catastróficas, pois despertam expectativas e esperanças que não serão posteriormente correspondidas. Esse quadro se torna ainda mais agravante quando se lida indivíduos portadores de múltiplas carências e necessidades.

SPINK e CAMAROTTI (2000) discutem alguns casos de sucesso no combate à pobreza no Brasil e apresentam algumas conclusões baseadas na experiência prática, dentre as quais insistem na necessidade de confrontar as relações paternalistas e clientelistas visando à emancipação e ao empowerment da população para que ela tenha voz na defesa de seus interesses.

Além disso, incluem que a visão da solidariedade pode ser bem intencionada como postura moral, mas por outro lado pode também estar indicando um retrocesso, ao classificar “o pobre” como “coitado” ou “vítima” e estimular apenas as tradicionais práticas caritativas. Segundo os escritores, a participação social ainda está em construção e os atores engajados na promoção de um reequilíbrio socioeconômico precisam buscar caminhos que rompam a tutela e criem instrumentos que possibilitem um desenvolvimento verdadeiramente participativo e sustentável. Defendem que a emancipação cívica e a conquista da cidadania ativa são um processo de ampliação do universo cultural e educacional.

Nota-se, na sociedade brasileira, um certo movimento contrário à inércia tradicionalmente existente no país. Surgem paulatinamente novas experiências e iniciativas capazes de comprovar que existem maneiras melhores e mais sensatas de se recriar a ordem estabelecida, deixando de vislumbrar o paternalismo como o único mecanismo de legitimação social dentro do terceiro setor. A própria

experiência do CEDECA discutida nesse trabalho demonstra um grande avanço nesse sentido.

DIMENSTEIN (2001) afirma que a atitude geral do brasileiro era basicamente infantil - muito desejo e pouca responsabilidade, dificuldade de perceber-se e, mais ainda, de perceber o outro - algo compreensível na criança, mas um sinal de retardamento mental num adulto. Para muitos, a cidadania ainda se encerra nos direitos – quase nunca nos deveres – e o compromisso com a comunidade limita-se ao voto a cada quatro anos. Porém, aos poucos, rompe-se a visão indigente e perversa de que os indivíduos são públicos apenas se ocupam cargos no poder oficial e de que devemos, sempre, esperar pelas soluções dos governantes.

A partir da análise desenvolvida, espera-se contribuir para uma maior profissionalização do terceiro setor brasileiro, tornando-o capaz de canalizar esforços em ações realmente benéficas que possam de fato contribuir no urgente processo de melhoria da qualidade de vida da sociedade. O momento para esse tipo de mudança de atitude é propício, pois com esse crescimento recente e desenfreado, ainda não houve tempo de se estabelecer uma estrutura definitiva e completa para o terceiro setor no país.

*Muda que quando a gente muda o mundo muda com a gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente!
Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro!
Até quando você vai ficar levando porrada, até quando vai ficar sem fazer nada?
(Gabriel, O Pensador)*

8. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio. *Política Social, Pobreza e Desigualdade: A Prática da Teoria*.

BARBOSA, LÍVIA. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1992.

BARRO, B. T. e PRATES M.A. S. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo, Atlas, 1996.

BRESLER, Ricardo. A roupa surrada e o pai. In: MOTTA, Fernando C. e CALDAS, Miguel P. *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo : Editora Atlas, 1997.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. *Estratégias locais para a Redução da Pobreza. Construindo a cidadania*. EAESP/FGV, 2000. Capítulo final – Conclusão: Apresentação do Consenso.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 7ª Ed. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1994.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis* .

DIMENSTEIN, Gilberto. *O ano em que o brasileiro começou a perder a infântilidade*. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano – 30/12/2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERNANDES, Rubens Cesar. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro : Editora Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubens César. O que é o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentando. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª Ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1991.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1993.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-Cidadã: Uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentando*. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra S.A.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. Cap. 1 An Introduction to institutions and institutional change.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro, 1995.

SCHWARTZMANN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Campus, 1982.

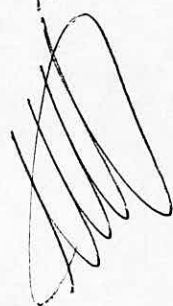
SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *O Desenvolvimento como Expansão de Capacidades*. Em: Lua Nova, n 28/29. 1993.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Com Alan Jolis. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino : Editora Ática, 2000.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC 2002

PRÁTICAS PATERNALISTAS NO
TERCEIRO SETOR

D₂ Acordo

21/02

Autora: Michelle Ferreti

Orientador: Prof. Mário Aquino Alves

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Metodologia.....	4
3. Traços Paternalistas na Cultura Brasileira	6
3.1 – Conceitos e Origens	6
3.2 – Mecanismos de inserção social.....	8
4. Efeitos do paternalismo no mundo do trabalho e na forma de gestão	11
5. História do Terceiro Setor no Brasil.....	13
6. Estudos de Caso	15
6.1 – Associação Lar Feliz	15
6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)	19
6.2.1 – Histórico e Localização.....	19
6.2.2 – A Atuação da Entidade.....	20
6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes	23
7. Paternalismo no Terceiro Setor: Conclusões	26
7.1 - Concepção Contraditória.....	26
7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade	27
8. Bibliografia.....	31

1. INTRODUÇÃO

A humanidade já experimentou as mais diferentes saídas para alcançar um mundo mais justo ou, nas palavras de Amartya Sen, um mundo onde as pessoas possam “ter a liberdade de viver o tipo de vida desejado”. Destituiu reis, realizou grandes guerras, provocou revoluções, contestou e brigou como todo adolescente em busca da construção da própria identidade. Porém, aos poucos, a maturidade foi chegando e as experiências desmistificaram o poder das grandes utopias. Iniciou-se então a busca por saídas menos radicais, alternativas viáveis de implementação que se encaixem dentro da complexidade do sistema atual.

Nesse contexto, o terceiro setor, reunindo e mesclando características tanto da área privada quanto da pública, emerge com vigor enquanto um espaço de expressão da sociedade civil. Apesar de quase tão antigo quanto o homem, o terceiro setor se fortalece na medida em que as pessoas percebem nitidamente como a situação vivida pelo outro influencia sua própria realidade e decidem, portanto, se unir para lutar pelos interesses coletivos e individuais em uma dimensão paralela à existência do Estado.

Essa nova alternativa de reinventar a sociedade tem-se mostrado interessante, uma vez que as organizações surgidas conhecem seu público-alvo mais de perto e, portanto, poderiam ser mais eficientes ao alocar recursos e solucionar os problemas existentes, constituindo um importante laboratório de experiências passíveis de multiplicação em outros locais através do Estado.

Nesse sentido, o presente estudo realiza uma análise do terceiro setor brasileiro a partir de seu esqueleto, considerando para tanto, sua evolução dentro do processo histórico-cultural do país. Pretende, assim, comprovar que, para facilitar sua inserção social e legitimar suas ações, o setor acaba apelando, com frequência, para práticas paternalistas de gestão de consequências danosas e pouco eficientes para atingir os propósitos que ele se dispõe a alcançar.

2. METODOLOGIA

Para confeccionar esse trabalho foi adotada uma metodologia exploratória que compreende o levantamento de material bibliográfico e estudos de caso em duas organizações do terceiro setor: uma organização tradicional, ligada à assistência social e outra ligada a empresas privadas e que tem uma atuação social de destaque.

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa está calcado em bibliografias consagradas sobre os seguintes temas:

I - Terceiro setor e sociedade civil: foi feito um levantamento geral a respeito do terceiro setor no Brasil e no mundo com o objetivo de obter subsídios mínimos para a compreensão do significado desse conceito e da importância de seu papel dentro da sociedade moderna.

II - Administração de organizações sem fins lucrativos: a maneira peculiar como é feita a gestão das atividades dentro das organizações sem fins lucrativos mostra-se fundamental para a compreensão do funcionamento dessas entidades.

III - Cultura brasileira / Traços paternalistas na gestão brasileira: esse estudo visa a rastrear a existência de práticas paternalistas ao longo da história e do desenvolvimento brasileiro. As influências da cultura e de outras construções sociais colaboram para explicar as relações dentro do terceiro setor.

Para os estudos de caso, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

I - Análise de documentos da organização: foram estudadas publicações liberadas pela imprensa a respeito da organização, considerando também seu histórico e comunicados gerais, bem como folders e outros materiais internos e de publicidade institucional.

II - Entrevistas semi-estruturadas com membros das referidas organizações, desde os principais dirigentes, bem como com funcionários e beneficiários do trabalho das mesmas.

3. TRAÇOS PATERNALISTAS NA CULTURA BRASILEIRA

3.1 – Conceitos e Origens

Por paternalismo, entende-se um sistema de relações segundo uma concepção patriarcal, conforme a qual o indivíduo dotado de mais poder controla e abusa dos demais, dissimulando, para tanto, seu excesso de autoridade sob a forma de cuidados e proteção. Sua atuação assemelha-se, assim, à de um pai em relação aos próprios filhos com a diferença de que o amparo não é incondicional como ocorre no âmbito familiar. Ao contrário, alguns benefícios e favores são exigidos em troca.

Apesar de ter-se legitimado dentro da cultura brasileira, o paternalismo esconde um traço muito perverso: permeia as mais diversas relações de maneira informal e subliminar. Muitas vezes, não se manifesta de forma suficientemente intensa para que o indivíduo tome consciência dele e possa combatê-lo. E caso seja percebido, nem sempre apresenta saídas fáceis para que o cidadão se liberte das amarras impostas. Em determinadas situações, o silêncio e a resignação configuram a única alternativa, exatamente como acontece com um filho em posição hierarquicamente inferior a seu pai.

A origem do paternalismo no Brasil remete à época do descobrimento. Quando o português alcançou as terras brasileiras, encontrou por aqui povos indígenas já instalados, com um estilo de vida próprio. Dessa forma, para ocupar-se do território e explorá-lo da maneira que considerasse mais conveniente, teria duas opções: apelar para a violência ou integrar-se aos índios. Em um primeiro momento, o europeu preferiu se integrar e, dessa forma, começaram a se estabelecer as primeiras relações paternalistas no país.

Os índios, interessados nos bens encantadores trazidos pelos navios portugueses, apelavam para um velho costume conhecido como *Temericó* para incorporar os portugueses à sua comunidade. Entregavam-lhes uma moça índia como esposa e,

caso aceitassem, passariam automaticamente a ser parente de toda a tribo. Frente à perspectiva de recrutar mão-de-obra indígena para a realização de trabalhos pesados, os portugueses aproveitaram-se dessa técnica de apadrinhamento e passaram a realizar diversos casamentos desse tipo ao longo do litoral. RIBEIRO (1995) chamou de *cunhadismo* essa instituição que possibilitou inicialmente a formação do povo brasileiro:

Com uma mão se faz um agrado, acaricia-se a face que com a outra se açoita. Mantém-se relações sexuais para o gozo físico e para a escravização de mão-de-obra. Nesse primeiro momento, a aproximação foi personalizada e violentadora.
(BRESLER, 2000 p.128)

Em 1932, visando proteger seus interesses, ameaçados pelo *cunhadismo* generalizado, a Coroa portuguesa apela novamente ao paternalismo e implementa no Brasil o regime das capitanias hereditárias. Para tanto, nomeou alguns protegidos de sua confiança para tomar posse de pedaços de terras brasileiras com a função de povoá-las e torná-las produtivas. Os contemplados com as doações, recebiam o título de capitães donatários e eram investidos de poderes feudais pelo rei para governar sua gleba (RIBEIRO, 1995, p.86). Caso morressem, seus filhos e netos se tornariam os donos de suas posses. Dessa forma, começa a se enraizar no país uma estrutura hierárquica forte com pequena mobilidade social. A recompensa pelo trabalho é substituída pela concentração de privilégios em uma camada social pouco numerosa.

O europeu que veio para o Brasil, tipificado como *aventureiro*, objetivava “colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1991, p.13). Caracterizava-se como um homem que sempre via a possibilidade de escravizar alguém para se livrar da labuta. Não gostava de “sujar as mãos” (HOLANDA, 1991, p.13) e, por isso, originou na sociedade brasileira uma forte aversão e desprezo pelo trabalho manual. Mais tarde, com a adoção da mão-de-obra escrava, a depreciação do trabalho manual se aprofundou ainda mais, pois ele passa a ser reconhecido como serviço de negros, cuja raça era considerada inferior pelos brancos.

Com a formação de núcleos econômicos no nordeste a partir da exploração do cultivo de cana-de-açúcar, a sociedade brasileira começa a ganhar um corpo mais definido. A família permanecia como base e centro de toda a organização na época. Os escravos, como agregados, dilatavam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pai. A própria palavra "família" deriva de *famulus*, termo ligado à idéia de escravidão, onde até mesmo os filhos, apesar de livres, estavam inteiramente subordinados ao patriarca. (HOLANDA, 1991, p.49)

Os resquícios do triângulo básico que formou o país - trabalho escravo, a família patriarcal e o latifúndio agrário-exportador - perduram até hoje, contribuindo para a extensão do paternalismo em diferentes esferas sociais.

3.2 – Mecanismos de inserção social

No caso brasileiro, o paternalismo se sustenta por duas pilstras fundamentais: "o personalismo e a concentração de poder" (BARROS e PRATES, 1999, p.39). O personalismo surge como uma herança nos deixada pela cultura ibérica:

Pode-se dizer realmente que, pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. HOLANDA (1991, p.4-5)

Essa forte valorização da pessoa acabou resultando em uma frouxidão da estrutura social. Assim, tornou-se muito difícil realizar um acordo coletivo durável. As leis universalizantes, cujo papel é supostamente tornar os indivíduos iguais, acabam funcionando, na verdade, como um fator de diferenciação social, pois só *se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas*. A lei transforma-se no Brasil num instrumento de aprisionamento da massa que deve segui-la, sabendo que existem pessoas bem relacionadas que jamais a obedecem. (DAMATTA, 1983, p.184).

Até mesmo na política local podemos notar a forte presença do personalismo, principalmente no que cerne à autoridade carismática. Getúlio Vargas, Juscelino

Kubitschek, Leonel Brizola, Fernando Collor, são exemplos de figuras que englobaram a instituição do partido político e deixaram-no em segundo plano para colocarem-se em um patamar superior (BARROS e PRATES, 1999, p.37).

Comprova-se assim, que o cidadão brasileiro destaca-se muito mais pelas relações pessoais que por suas habilidades e méritos. O próprio sucesso do carnaval acontece, pois ele se configura como uma oportunidade em que as pessoas podem mudar de lugar pelo próprio desempenho:

Os apadrinhamentos são policiados e o povo age como jamais pode realmente operar: como juiz supremo que conhece as regras do jogo e as aplica com gana e justiça. Carnaval, pois, é a inversão porque é uma competição em uma sociedade marcada pela hierarquia. É a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade.

DAMATTA (1994, p. 77-78)

Vale ressaltar, entretanto, que até mesmo as escolas de samba possuem seus patronos. Apesar das regras da competição serem mais claras e dependerem do desempenho coletivo, o volume de recursos financeiros captado por cada escola influi fortemente no resultado, pois permite que o show se torne ainda mais deslumbrante. Fantasias, carros alegóricos e efeitos especiais custam caro. Exatamente por isso, a competição funciona na base do PATROcinio que, na grande maioria dos casos, provém principalmente do jogo do bicho.

O próprio discurso denuncia os traços paternalistas na cultura brasileira. Frases do tipo: "*Você sabe com quem está falando?*" fazem uso da autoridade e do poder, partindo do pressuposto que as desigualdades sociais têm algum valor classificatório perante a lei. (BARBOSA, 1992).

Toda essa construção social acaba transmitindo para as pessoas uma certa sensação de impotência perante os acontecimentos diários no país. Dessa forma, o brasileiro torna-se muito resignado à própria condição e tem uma enorme

dificuldade em protestar e defender as causas, nas quais ele acredita. A sensação de inércia e injustiça predomina com tanta intensidade que, ao contrário de lutar pelo que deseja, ele acaba adotando uma postura de espectador e assiste calado a diversos absurdos que ocorrem no país. Adotando a religião católica, dá origem ao mito de que Deus é brasileiro (DAMATTA, 1994). Portanto, o povo brasileiro tem Deus e o tempo como recursos inesgotáveis.

Encorajado pela desigualdade de poderes, o indivíduo adota um alto grau de alienação, passividade e pouca iniciativa. Isso faz do Brasil um país, cujo povo procura evitar situações de conflitos, pois há certo consenso de que o enfrentamento de situações injustas não trará necessariamente resultados positivos para quem está correto. Dessa forma, predomina também uma forte sensação de impunidade.

Em contrapartida, para adaptar os absurdos existentes e as ordens impossíveis de serem obedecidas às situações práticas rotineiras, entram em cena a figura do "malandro" e o "jeitinho brasileiro" (BARBOSA, 1992). O jeitinho acaba surgindo também como um mecanismo de diminuição das desigualdades, pois se para os ricos a lei não se aplica, para os pobres ela funciona, mas pode ser submetida a certa flexibilidade. O jeitinho, mais que um modo de viver, é uma forma de sobreviver (DAMATTA, 1986). A malandragem torna-se, assim, um meio de navegação social.

4. EFEITOS DO PATERNALISMO NO MUNDO DO TRABALHO E NA FORMA DE GESTÃO

Da mesma forma que, no sistema escravocrata, a autoridade máxima estava totalmente centrada no pátrio poder, notamos em parte das organizações brasileiras um sistema de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção paternal.

Relações de obediência cega e subordinação incondicional podem ser presenciadas até hoje no ambiente corporativo. Muitas vezes, empregados só agem a partir de diretrizes superiores. Habitua-se de tal maneira a seguir as regras, sem ao menos questioná-las, que perdem sua capacidade de criar e desenvolver suas habilidades em benefício próprio e comum. Essa situação piora quanto mais baixo for o nível hierárquico dentro da pirâmide organizacional. O que não significa necessariamente que esse cenário deixa de existir em posições superiores. Cria-se, dessa forma, não somente dependência financeira em relação ao emprego, como também dependência intelectual em relação ao patrão. Um outro fator destacado por DAMATTA (1983), é a questão da personalidade no trabalho. As pessoas consideradas bem-sucedidas são aquelas que conseguiram “ser alguém” estabelecendo laços de familiares de amizade e simpatia com o patrão, tornando a casa e o trabalho, um o prolongamento do outro. O ideal perseguido é a transformação do emprego no lar. Com isso, começa a haver, no entanto, uma confusão em nível produtivo. Relações supostamente econômicas mesclam-se com laços pessoais e, dessa forma, o poder de controle do chefe sobre seu subordinado se duplica:

O chefe assim pode governar o trabalho, pois é quem oferece emprego e, pode controlar as reivindicações dos empregados, pois apela para a moralidade das relações pessoais que, em muitos casos, e sobretudo nas pequenas empresas e no comércio, tende a ofuscar a relação patrão-empregado.
(DAMATTA 1994, p.32)

O paternalismo caracteriza uma forte estratégia de controle e oferece uma gama de símbolos suficiente para um modelo social que identifica no patrão a figura do pai, fundador e mantenedor da família (empresa), responsável por garantir o sustento material de seus filhos (operários).

Com as relações familiares invadindo o espaço público, o próprio sistema burocrático brasileiro foi influenciado. Os cargos e posições dentro das companhias passaram a ser nomeados para pessoas da família ou amigos de confiança. A competência e o mérito não configuravam mais qualidades importantes. Portanto, a máquina estatal pública passou a ser comandada pela árvore genealógica e, dessa forma, voltou-se aos interesses privados. (BARROS e PRATES, 1999).

Nota-se que, desde o início, o país se forma a partir de uma estrutura excludente e de forte divisão social. A própria posição que o país ocupa na ordem geopolítica internacional pode acabar transmitindo uma mensagem subliminar de que o povo brasileiro existe para servir inquestionavelmente aos outros e necessita da proteção dos mais fortes para sobreviver. RIBEIRO (1995) discorre sobre nosso papel enquanto proletariado externo do mercado internacional, sempre servindo às exigências alheias:

O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenda aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Não nos esqueçamos de que o Brasil foi formado e feito para produzir pau-de-tinta para o luxo europeu. Depois, açúcar para adoçar as bocas dos brancos e ouro para enriquecê-los. Após a independência, nos estruturamos para produzir algodão e café. Hoje, produzimos soja e minério de exportação.

5. HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Historicamente, o terceiro setor está vinculado à filantropia de caridade – em especial àquela patrocinada pelas instituições religiosas e beneficentes. É o caso, por exemplo, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que surgiu em meados do século 19 para prestar assistência médica em áreas de conflito bélico. Estima-se que aproximadamente 30% das entidades sem fins lucrativos no Brasil são religiosas, beneficentes ou de assistência social (LANDIM, 1993).

As primeiras organizações voluntárias surgidas no Brasil foram, de fato, introduzidas pela Igreja Católica e continuaram existindo nos três primeiros séculos basicamente sob seu comando. Desde hospitais e asilos, passando por manicômios, escolas e creches. Exatamente por isso, certos valores da caridade cristã estão até hoje tão presentes. A idéia de ser solidário e fazer o bem para alcançar o reino dos céus após a morte está fortemente enraizada em nossa cultura e permeia o terceiro setor:

Somos um povo que acredita profundamente num outro mundo. Lá, não haveria mais sofrimento, miséria, poder e impessoalidades desumanas. Todos seriam reconhecidos como pessoas e, ao mesmo tempo, leis universais – como a lei da generosidade e a do eterno retorno: quem dá recebe e quem faz algum lá recebe de volta esse mal – seriam válidas para todos.

DAMATTA (1984, p. 117)

LANDIM (1993) ressalta que o tipo de catolicismo implantado no Brasil ficou conhecido como popular, introduzido por agentes leigos não articulados entre si. Surgem assim os santos padroeiros, as devoções, festas e romarias. E é exatamente nesse campo que o indivíduo vai encontrar as associações voluntárias, através das quais tem acesso aos serviços sociais, ao lazer e à convivência social.

Graças a características da sociedade brasileira já discutidas no presente trabalho, existe no país uma grande dificuldade de formação de grupos para lutar pelos interesses coletivos. Temos uma estrutura social afrouxada, pois *em terra onde todos são barões, não é possível um acordo coletivo durável* (HOLANDA 1991, p.5).

Com uma sociedade civil fraca e pouco articulada, o Estado assume um papel importante. No Brasil, os ricos quase sempre dependeram de favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade. Os padrões de relacionamento entre estado e sociedade, tem se caracterizado através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, uma sociedade acovardada, submetida mas, por isso mesmo, fugidia e freqüentemente rebelde (SCHWARTZMANN, 1982, p.14).

Até mesmo os primeiros sindicatos surgiram por iniciativa do Estado. Aliás, não só os sindicatos, mas toda a política trabalhista do governo Vargas constitui um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação estatal. Como consequência, a construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma:

... construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família. FAUSTO (1998, p. 375)

O populismo solidifica-se então no Brasil e os sindicatos, componentes do terceiro setor brasileiro, submetem-se à lógica paternalista. O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistissem às assembléias sindicais. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas (FAUSTO 1998, p.335-336).

6. ESTUDOS DE CASO

Visando estudar empiricamente as hipóteses contidas no presente trabalho, duas entidades do terceiro setor foram analisadas. Ambas localizam-se em regiões muito pobres e seu público-alvo principal compõe-se de crianças e adolescentes. Entretanto, o tipo de atendimento fornecido por elas é completamente diferente: uma possui um caráter mais assistencialista, enquanto a outra adota uma linha de maior incentivo à defesa dos direitos da criança e do adolescente e ao protagonismo juvenil.

6.1 – Associação Lar Feliz¹

A Associação Lar Feliz foi fundada em fevereiro de 1999, em um bairro muito pobre na periferia da cidade de Campinas. Por iniciativa de uma das moradoras da região, conhecida como Maria Antonia Aparecida de Souza, a instituição foi criada com o objetivo de melhorar a vida das crianças da região. Como a grande maioria dos chefes das famílias locais encontra-se desempregada, a fome caracteriza-se como um problema corrente. Portanto, Maria Antonia teve a idéia de reunir os esforços da comunidade no sentido de fornecer refeições diárias às crianças, garantindo que elas tivessem direito a pelo menos uma alimentação decente.

Maria Antonia saiu do interior de São Paulo com os pais em direção a Campinas com um ano de idade para trabalhar em uma fazenda. Estudou até a 4ª série em uma escola rural e teve que ajudar no sustento da família desde pequena. Casou-se aos 15 anos pela primeira vez e teve 3 filhos, os quais, após o divórcio, teve de criar sem a colaboração do marido. Além de trabalhar de bóia-fria, Maria Antonia teve também outras ocupações: empregada doméstica, vendedora de salgadinho, copeira em banco, entre outras. Trabalhando, conheceu seu segundo marido, pai de 4 filhos. Juntos, Maria Antonia e o marido reuniram seus esforços para criar

¹ Vale ressaltar que os nomes utilizados no segundo estudo de caso são fictícios para preservar a identidade das pessoas e da instituição em questão.

suas 7 crianças. Segundo depoimento dela, a fome é uma situação conhecida de sua família: “Lembro que uma vez deixei as crianças com uma vizinha enquanto fui procurar trabalho e, quando voltei, eles só tinham tomado água. Na verdade, eu tinha mais esperança que eles comessem alguma coisa na vizinha do que em conseguir algum trabalho. Estava tudo muito difícil.”

Em 1996, após ter sido eleita presidente da Associação de Bairro teve pela primeira vez a idéia de criar uma organização sem fins lucrativos para desenvolver algum tipo de projeto social na região. Entretanto, após quase 3 anos de existência, pode-se dizer que a missão da entidade não conseguiu ser plenamente cumprida. Frequentemente com problemas financeiros, a Associação Lar Feliz vive em constante perigo de ser fechada. Após algumas visitas na organização, as causas dessa situação ficaram mais claras para mim.

Quem conversa com Maria Antonia, ouve dela dezenas de planos para o futuro da organização. Planos que jamais foram verdadeiramente discutidos e colocados no papel. A gestão da entidade configura-se caótica e muito pouco profissional. Não existe um controle minucioso das crianças que recebem as refeições. Existe apenas um caderno antigo na entrada, no qual Maria Antonia, quando possível, coloca apenas o primeiro nome dos jovens que entram no local. Não há, portanto, controle de frequência e a demanda mostra-se muito variável. O atendimento não é personalizado e há muito pouca informação sobre a vida dos jovens. Das 250 crianças que já foram atendidas no local, restaram apenas 150 graças a escassez de recursos financeiros. Até mesmo a conta de telefone foi cortada diversas vezes por falta de pagamento.

Maria Antonia descobriu uma ferramenta interessante para obter doações: a imprensa. Nos momentos de dificuldade, reúne os jornais, revistas e a televisão para pedir apoio e solidariedade à população da cidade. Examinando as publicações de mídia a respeito da Associação Lar Feliz, notei forte semelhança entre todo o material: o discurso utilizado é sempre o do “pobre coitado”. Com frequência, recorre-se ao apelo emocional. Manchetes como: “Sem verbas, associação corre o risco de suspender atendimento a crianças”, “Famílias sem sopão se viram com cardápio da miséria” e “Associação pede socorro” tornaram-

se uma constância e são sempre seguidas nas próximas edições dos jornais com: "Em crise, associação comemora doações".

Encontrei pouquíssimas reportagens que procuravam valorizar os resultados obtidos pela organização e mesmo essas tratam os beneficiários da instituição como "coitadinhos". Além disso, mencionam detalhes que não pude perceber na prática durante minhas visitas ao local como o desenvolvimento de uma oficina de artesanato com as crianças. O trabalho da entidade limita-se a lutar diariamente para obter doações e comprar alimentos.

As doações são sempre bem-vindas, independentemente de sua origem. Até mesmo um político em campanha já chegou a doar alimentos para uma festa da associação. Obviamente, a doação ocorreu na condição de que o benevolente doador não ficasse no anonimato. Pelo menos metade dos alimentos deveria ser entregue em praça pública para a população local e o nome do doador teria que ser citado algumas vezes. Esse incidente reproduz com clareza a questão do paternalismo enraizado na cultura brasileira, conforme discutido anteriormente nesse trabalho.

Pode-se dizer que há, na instituição, uma grande confusão entre o espaço da casa e do trabalho, ilustrada pelo fato de que muitos dos alimentos comprados com o dinheiro da entidade ficam armazenados na casa da própria Maria Antonia, ao invés de seguirem para a nova sede da organização, recém-construída por funcionários do Banco do Brasil e onde há espaço físico suficiente, mesmo apesar da desorganização existente.

Uma outra característica interessante é que, na cabeça dos moradores da região, a Maria Antonia tornou-se a instituição. Ela é o símbolo do local e não há uma noção definida da existência da organização enquanto espaço público na mente da comunidade. E o mais curioso de tudo: mesmo dedicando todo seu tempo à Associação Lar Feliz, onde recebe um salário muito pequeno, Maria Antonia conseguiu criar perfeitamente seus 3 filhos e 4 enteados, mesmo após a morte do marido.

Vale destacar também que a desorganização interna da entidade é tão grande a ponto dos próprios funcionários não saberem dar informações sobre o local onde trabalham. Maria Antonia concentra tudo em sua memória e não faz muita questão de colocar as coisas no papel. Ela alega falta de tempo e de conhecimento para conseguir desenvolver um trabalho melhor.

Em seu discurso, ao mencionar a comunidade onde viveu durante toda a vida, Maria Antonia faz tratar os moradores como “eles”, ao invés de “nós”, fazendo questão de criar uma certa distinção entre ela e os demais. É como se ela fosse uma grande heroína que aquelas pessoas tiveram a sorte de encontrar em seu caminho.

O contrário também acontece: a comunidade não se apropriou da instituição. Pude perceber isso durante uma festa de fim de ano organizada com o propósito de fornecer às crianças um natal mais feliz. Brinquedos e alimentos foram doados, mas apesar disso, a postura da comunidade em relação à organização foi de profunda insatisfação e revolta. Os presentes foram distribuídos sem critério algum. Enquanto crianças saíam do local com três pacotes, outras não tinham coisa alguma. Foi necessário trancar as portas da sede para conter a população furiosa e desesperada para conseguir pelo menos um presente de natal. Crianças pulavam os muros e imploravam através das janelas por um brinquedo para o Papai Noel. Adultos ameaçavam depredar a sede, caso seus pedidos não fossem atendidos.

Reunindo todos esses fatores, pode-se concluir que a eficiência da Associação Lar Feliz é, no mínimo, questionável. O paternalismo é uma característica extremamente presente e colabora para eternalizar a dependência das pessoas em relação à instituição. Mas, será que é possível fazer diferente? Vejamos o caso a seguir.

6.2 – CEDECA Mônica Paião Trevisan (Centro de Defesa da Criança e Adolescente)

6.2.1 – Histórico e Localização

Em 1986, teve início um trabalho de rua junto a adolescentes prostituídas, praticantes de atos infracionais e usuárias de drogas em Sapopemba na Zona Leste de São Paulo. Com o apoio da UNICEF e da Arquidiocese de São Paulo, criou-se uma casa para abrigá-las e, aos poucos, elas foram sendo gradativamente reintegradas a suas famílias.

O abrigo transitório tornou-se a sede do Centro de Defesa da Criança e Adolescente, fundado legalmente em 1991. Seu trabalho foi ampliado através de plantões no bairro para famílias de adolescentes mortos violentamente ou ameaçados de morte. Hoje, sua atuação é ainda mais extensa. O CEDECA tem como objetivo principal a defesa dos direitos, a denúncia, a formação e atendimento da criança e do adolescente e suas famílias.

Sapopemba é uma das áreas mais pobres da cidade. Sua população constitui-se predominantemente de famílias nordestinas que trocaram sua terra de origem pela cidade grande à procura de melhores condições de vida, mas que acabaram se defrontando com uma realidade dura e difícil. A falta de moradia obriga milhares de pessoas a se amontoarem em favelas que surgem em áreas de risco, à beira de córregos malcheirosos, com a constante ameaça de desmoronamentos, sobretudo na época da chuva. A precariedade da rede de esgoto expõe a população ao perigo de contrair graves doenças. A falta de estruturas de lazer deixa os jovens numa situação de ociosidade e apatia. O desemprego obriga milhares de pessoas a viver em situação desumana. Sem emprego, grande parte tenta buscar alternativas na economia informal. Vendedores ambulantes, catadores de papelão e latas, lavadores de vidros de carro competem entre si os espaços nas ruas para ganhar o necessário para a sobrevivência de suas famílias.

Desde muito jovens, as crianças da região são submetidas a várias formas de violência. Até os cinco anos, se não conseguem encontrar vaga na creche, ficam trancadas em casa sendo cuidadas pelos irmãos mais velhos porque os pais

precisam sair para conseguir o dinheiro necessário para a sobrevivência. Quando começam a sair de casa, passam a freqüentar a rua, onde entram em contato com o mundo da droga e da violência. As escolas não conseguem realizar um trabalho de prevenção. Sua taxa de evasão é muito alta só uma pequena parcela dos adolescentes consegue acabar o curso primário.

O traficante, enriquecendo-se rapidamente com suas atividades ilícitas, torna-se referência para os jovens. Em alguns casos, ele é a autoridade local que, com sua suposta generosidade, acaba preenchendo as falhas da assistência pública. Dessa forma, muitos adolescentes acabam se envolvendo no tráfico e no consumo de drogas. A possibilidade de conseguir muito dinheiro com pouco esforço se mostra uma alternativa atraente de garantir prosperidade e sucesso.

Por viverem em famílias sem condições de sustentá-los ou por terem já praticado atos infracionais, muitas crianças e adolescentes já passaram por experiências de internação na FEBEM. Marcados pela passagem na polícia, sem estudo e qualificação profissional, as chances de encontrarem um emprego são muito baixas.

O distrito conta com uma população de 257.617 habitantes. Dentre as famílias que habitam este distrito, 42,61% recebem até 3 salários mínimos e 9,18% não possuem rendimento. Dos domicílios, 1,84% tem precário acesso à água; 18,13% tem precário acesso à esgoto e 1,39% apresenta precária coleta de lixo. No que se refere à educação das crianças, Sapopemba é o pior distrito da cidade quanto à oferta de vagas para creches, apresentando um déficit de 17.360 vagas. Do total de famílias, 15,69% são chefiadas por mulheres, dentre as quais 23,86% não são alfabetizadas. Esses dados² apontam a situação de extremo risco social, ao qual a população infanto-juvenil da região está exposta.

6.2.2 – A Atuação da Entidade

Apesar da escassez de recursos financeiros, o CEDECA desenvolve diversos projetos na região que visam atingir a criança e o adolescente, bem como suas

² Os dados foram fornecidos pela própria entidade

famílias, contribuindo para sua reinserção na sociedade. Para tanto, mantém alguns convênios com a iniciativa privada, a prefeitura e outras ONGs. Seguem abaixo maiores informações sobre alguns dos projetos:

Liberdade Assistida Comunitária (LAC)

Desde o ano de 1986, antes mesmo da constituição jurídica da Entidade, educadores da comunidade já acompanhavam adolescentes e jovens com medida de "Liberdade Assistida Comunitária", trabalho desenvolvido com respaldo do convênio da FEBEM com a Pastoral do Menor. A aprovação do ECA, a valorização do caráter sócio-educativo das medidas destinadas aos adolescentes que cometem atos infracionais e a atenção especial às medidas sócio-educativas em meio aberto estimularam a entidade a investir ainda mais no acompanhamento de adolescentes em Liberdade Assistida. Visa demonstrar que é possível trabalhar a recuperação do adolescente autor de ato infracional em sua comunidade de origem, respeitando desta forma os princípios constitucionais da proximidade da família, da convivência comunitária, da garantia de escolaridade e trabalho.

O sucesso do trabalho é confirmado pela diminuição do número de adolescentes envolvidos em atos infracionais e pela redução da porcentagem de reincidência. Além de abandonar a prática infracional, os adolescentes recuperam a auto-estima e tomam consciência de sua dignidade. Não é suficiente "não ser mais bandido". O mais importante é se tornar cidadão de verdade, que volta à sociedade com o olhar de quem sabe denunciar o que está errado e sabe arregaçar as mangas para criar as condições para uma vida mais digna para si e para seus filhos.

Nasci para Voar (NPV)

Projeto de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco físico e social. Visa oferecer às crianças e adolescentes que passam a maior parte do tempo nas ruas sujeitos ao envolvimento com drogas, (e às respectivas famílias)

atendimento através de atividades lúdicas, esportivas, culturais e profissionalizantes, com intuito de resgatar sua cidadania, apontando possíveis caminhos para garantir uma vida mais digna.

Para tanto, desenvolvem-se as seguintes atividades:

- Atendimento Psicológico Social
- Atendimento Jurídico
- Esporte, Lazer e Cultura: capoeira, dança, coral, violão, futebol, Hip-Hop, teatro, campeonato de futsal, passeio à praia etc.
- Acompanhamento às famílias

Projeto Bacana

As poucas alternativas de profissionalização (datilografia e digitação), existentes na região são, em sua grande maioria, da iniciativa privada. Além de serem de alto preço e, portanto, inacessíveis aos jovens de baixa renda, não oferecem uma proposta pedagógica adequada à população carente.

Sem qualificação profissional, os jovens acabam sendo obrigados a aceitar qualquer serviço, trabalhando em condições precárias, sem carteira registrada, expostos ao risco de acidentes, o que prejudica ainda mais sua situação.

Por isso, este projeto foi pensado com o objetivo de profissionalizar os adolescentes graças a um convênio com a iniciativa privada. Além da profissionalização, ele visa criar uma consciência crítica e civil nos adolescentes, bem como um vínculo com os educadores do CEDECA, que proporcione um melhor acompanhamento dos adolescentes e suas famílias. Os cursos são de: eletrônica, informática, suporte técnico, cabeleireiro, esteticista, eletricista, computação, entre outros.

Jurídico

A equipe jurídica do CEDECA é formada por três advogadas e dois estagiários e seu objetivo primordial consiste em servir de instrumento para ajudar a viabilização dos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, a demanda do departamento jurídico surge da necessidade da comunidade. Como a entidade atua conjuntamente pela garantia e efetivação dos direitos humanos, um dos instrumentos utilizados é a denúncia das violações de tais direitos. Assim sendo, O CEDECA fornece um plantão jurídico com a pretensão de dar orientações e encaminhamentos à comunidade. Além disso, cada um dos projetos também recebe respaldo de profissionais especializados:

- LAC: Acompanhamento dos casos através de procuração e da execução da medida junto ao Departamento de Execução da Infância e Juventude (DEIJ).
- NPV: O departamento jurídico atua de maneira a denunciar a violência doméstica e o abuso sexual, fazendo campanhas de prevenção e acompanhando as vítimas no processo de denúncia e apuração.

6.3 – Condições semelhantes e resultados discrepantes - uma comparação

Assim como a Associação Lar Feliz, o CEDECA possui escassez de recursos financeiros, grande limitação de staff (32 pessoas no total) e pouco espaço físico para desenvolver suas atividades. É muito difícil para a organização estabelecer parcerias com empresas privadas interessadas em investir no marketing social, já que a visibilidade de tal parceria fica comprometida pelo afastamento do CEDECA em relação ao centro da cidade.

Entretanto, ao invés de adotar uma postura passiva e conformista, apelando para a imagem do “pobre coitado” para obter o que é necessário para o funcionamento da organização, o CEDECA possui uma atitude pró-ativa e não encara seu trabalho como uma ajuda benevolente para a população local. Ao contrário, considera estar devolvendo à comunidade alguns direitos que, graças a uma série de razões, foi-lhes arrancado.

Ao invés de contar unicamente com a caridade alheia, o CEDECA procura estabelecer redes e vínculos dentro de sua própria comunidade. Segundo um funcionário da entidade: “A gente cuida um do outro!”.

Está sendo desenvolvido em parceria com a Fundação Abrinq, um novo projeto conhecido como Raízes, cujo objetivo é resgatar um pouco da identidade dos adolescentes da região, já que muitos deles não sabem direito o nome dos pais, avós e possuem muito pouca informação sobre suas origens. A essência é discutir um pouco da cultura brasileira com os jovens. Portanto, a cada seis meses, elege-se um estado para ser estudado e trabalham-se questões como: história, comidas típicas, danças, arte, música etc. A garotada aprende e depois apresenta para a comunidade em alguma festa organizada pela instituição com a colaboração de todos. As mães costuram as roupas, os vizinhos maquiavam as crianças e, dessa forma, eles começam a se conhecer verdadeiramente. São estabelecidas redes de contato entre as pessoas, de forma que elas passam a realmente conviver, ao invés de apenas co-habitar o mesmo espaço.

A importância de se envolver toda a comunidade nos projetos é ressaltada pelos membros do CEDECA. Um deles afirma que: “Na verdade, a criança que chega até nós é a ponta do iceberg. Normalmente, a família enfrenta muitos problemas e os adultos são em alguns momentos mais carentes que os próprios filhos. Eles estão sempre rodeando as atividades que desenvolvemos no bairro.”

Ao se percorrer os projetos existentes em Sapopemba, nota-se uma diferença gritante no discurso em relação à Associação Lar Feliz. A própria assistente social da Prefeitura de São Paulo elogia o trabalho desenvolvido: “É um trabalho muito bonito, sério e corajoso. Na maioria do tempo, fala-se em direitos e ensinam-se as pessoas a lutarem por si mesmas, ao invés de se fazer isso por elas.”

Aos sábados, está sendo ministrado um curso para advogadas populares, preparando o pessoal para conhecer os direitos. A única condição para frequentá-lo é comprometer-se em disseminar a informação recebida. Paga-se através da multiplicação do conhecimento adquirido. Segundo uma das coordenadoras do CEDECA: “Esse é o caminho: o da troca. Tem muita coisa que não precisa de tanto dinheiro, mas se cada um colaborar oferecendo um serviço, nós vamos multiplicando isso”.

Aprender sobre os próprios direitos não é algo restrito aos adultos. As crianças também discutem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e fazem poesia,

música e desenhos a respeito da lei. Membros do CEDECA afirmam que: "A criança não deve vir aqui apenas para se ocupar. Ela vem para se ocupar, se transformar e transformar a própria realidade."

Exatamente por isso, o CEDECA procura trabalhar a auto-estima das pessoas (em geral, muito baixa). Cada criança recebe um atendimento personalizado e os educadores sabem de onde ela vem, quem são seus pais, se ela está freqüentando a escola, se tem irmãos etc. Nesse sentido, o cadastro das crianças é completo.

Entre a comunidade e a organização, além de uma parceria bem sucedida, existe muita confiança. Não há distinção e nem guetos. Procura-se mesclar e criar vínculos entre todas as facções presentes no bairro, evitando-se que uma se fortaleça em detrimento de outras. Tem funcionado muito bem.

Apesar da falta de preparo administrativo dos funcionários e voluntários, a organização realiza anualmente um planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Essa é uma das razões que explicam o alinhamento de toda a equipe: os membros possuem o mesmo discurso em relação à entidade. A prestação de contas também é feita de forma muito clara e organizada. A falta de preparo administrativo é compensada pela procura de bolsas de estudo em cursos rápidos e eventuais realizados por faculdades e universidades presentes em São Paulo.

A coordenadora do CEDECA explica que a instituição está enfrentando uma crise de crescimento: "Nosso grande desafio é não virar um posto de atendimento. Nós temos que nos profissionalizar, mas sem perder a coisa de sentimento. Se a pessoa vem aqui estrupada, com uma feição muito triste, dar o nome para ser atendida e só há horário daqui há 10 dias, é necessário dar uma brecha. Senão, de repente, o ativismo acaba sendo absorvido e perdemos nosso foco. Precisamos fortalecer cada vez mais nossa ideologia e nossa mística."

Vale ressaltar que a maioria do material de mídia publicado em relação ao CEDECA traz elogios ao trabalho da entidade, citando inclusive alguns dos prêmios por ela recebidos. Não fazem menção à crise e nem apelam a doações desesperadas.

7. PATERNALISMO NO TERCEIRO SETOR: CONCLUSÕES

Vale ressaltar que alguns dos resultados obtidos a partir dos estudos de caso não necessariamente se aplicam ao restante das instituições do terceiro setor. Podem, portanto, restringir-se ou não à amostra pesquisada. Contudo, algumas conclusões interessantes podem ser extraídas a partir das análises anteriores.

7.1 - Concepção Contraditória

As organizações do terceiro setor escondem, em sua concepção, uma contradição interessante: quanto mais eficazes se mostrarem no cumprimento de sua tarefa, maior o seu risco de desaparecimento.

Ao contrário da lógica privada, onde a probabilidade de expansão dos negócios aumenta em proporção direta ao bom desempenho de uma empresa, no terceiro setor, quanto melhor as pessoas forem atendidas, menor será a possibilidade de recorrerem novamente àquele serviço. Portanto, essas organizações agem contra si próprias, no sentido de criar condições suficientes para que não mais precisem existir. De forma semelhante, funciona o relacionamento entre pais e filhos. Ao mesmo tempo em que os pais procuram preparar seus filhos para o futuro, criando-os para se tornarem seres humanos seguros e independentes, temem que isso os leve para longe.

Assim, a tentação para que as organizações do terceiro setor adotem uma postura paternalista, ao contrário de buscar promover a auto-sustentabilidade do público-alvo envolvido, é muito grande. Portanto, constata-se a necessidade de se mudar a ótica sob a qual a sociedade observa o terceiro setor. Ele não abrigar unicamente pessoas bem intencionadas que praticam caridade, fadadas a salvar o mundo. Corresponde a um setor como outro qualquer, onde são realizados grandes investimentos, mesmo apesar dos fins não serem lucrativos. Exatamente

por isso, engloba seres com interesses e sentimentos divergentes, requerendo, portanto, a conciliação de diferentes idéias e valores.

7.2 – Religião, Paternalismo e Caridade

Conforme já comentado no presente trabalho, o terceiro setor brasileiro está fortemente calcado em valores da caridade cristã. Esse catolicismo popular implantado por leigos e fortemente influenciado pela miscigenação de raças e credos diferentes afeta as associações de caráter voluntário:

Somos fiéis devotos de santos e também cavalos de santo, de orixás, e com cada um deles nos entendemos muito bem pela linguagem direta da patronagem ou do patrocínio místico – por meio de preces, promessas, oferendas, despachos, súplicas e obrigações que, a despeito de diferenças aparentes, constituem uma linguagem ou código de comunicação com o além que é obviamente comum e brasileira. Do mesmo modo que temos pais, padrinhos e patrões, temos também entidades sobrenaturais que nos protegem. DAMATTA (1984, p. 114-115)

Esses valores caridosos implicam um sub-aproveitamento do grande potencial de transformação social do terceiro setor, pois sua exploração não acontece de forma inteligente. Vislumbra-se unicamente o presente e pouco se faz em relação a propostas de longo prazo, importantíssimas para evitar a reincidência de problemas comuns.

A assistência à população... esteve marcada pela lógica da autoridade tradicional, onde cabe aos “senhores” a iniciativa da proteção aos “pobres”, segundo o sistema hierárquico do dom e da lealdade. (LANDIM, 1993, p.16)

Naturalmente, práticas de fins unicamente assistencialistas podem ser justificadas pelo grande número de situações urgentes encontradas em nossa sociedade. As pessoas se mobilizam fornecendo soluções rápidas de curtíssimo prazo para questões de caráter emergencial. Entretanto, essas ações são, em geral, de baixo

alcance, já que a limitação dos recursos disponíveis não permite que muitas pessoas sejam atingidas. Seu caráter multiplicativo também se mostra muito pequeno.

Mesmo os indivíduos envolvidos não são totalmente beneficiados. Ao invés de propiciar o desenvolvimento humano, o paternalismo cria uma relação de dependência. Ataca-se a consequência e não a causa. Dessa forma, o problema continua existindo e as pessoas não recebem ferramentas para evitar sua reincidência .

O efeito psicológico é preocupante. As pessoas que recebem “esmolas” sentem-se incapazes de ascender e melhorar sua condição através do esforço próprio. Ocorre uma transferência de responsabilidade, pois a solução passa a depender do outro e não de si próprio. Isso traz falta de perspectivas, pouca esperança e conformismo com a situação vivenciada diariamente. Não se incentiva o protagonismo e a iniciativa.

YUNUS (2000, p.38-39) discute a questão da esmola e suas consequências danosas. Afirma que, por alguns tostões podemos aplacar nossa consciência. Aquele que dá fica com a impressão de que fez alguma coisa, mas não fez absolutamente nada:

A caridade não é uma solução, nem a longo nem a curto prazo. O mendigo passará para o carro seguinte e recomeçará. E acabará por ver seu “benfeitor”, como alguém de quem agora precisa para viver... . Do ponto de vista do beneficiário, a caridade pode ter efeitos desastrosos. Em muitos casos ela desmotiva o mendigo a sair de sua situação. Não questiono o dever moral da ajuda nem o impulso que nos leva a ajudar os necessitados; condeno apenas a forma de que se reveste essa ajuda.

YUNUS (2000, p.38-39)

Esse exemplo em escala individual ilustra perfeitamente o que ocorre em escala mundial com a ajuda externa. A dependência em relação à ajuda cria um ambiente

favorável aos governos que são mestres na arte de sempre negociar por mais ajuda.

O principal problema é que raramente um financiador se dispõe a eternalizar seus investimentos. Quando um dia finalizados, projetos sociais paternalistas acabam indo totalmente contra seus propósitos iniciais, já que as condições das pessoas ficam piores do que antes. Indivíduos, que experienciaram melhores condições de vida, vêem-se repentinamente obrigados a retornarem a sua situação inicial.

Relações paternalistas podem ser altamente catastróficas, pois despertam expectativas e esperanças que não serão posteriormente correspondidas. Esse quadro se torna ainda mais agravante quando se lida indivíduos portadores de múltiplas carências e necessidades.

SPINK e CAMAROTTI (2000) discutem alguns casos de sucesso no combate à pobreza no Brasil e apresentam algumas conclusões baseadas na experiência prática, dentre as quais insistem na necessidade de confrontar as relações paternalistas e clientelistas visando à emancipação e ao empowerment da população para que ela tenha voz na defesa de seus interesses.

Além disso, incluem que a visão da solidariedade pode ser bem intencionada como postura moral, mas por outro lado pode também estar indicando um retrocesso, ao classificar “o pobre” como “coitado” ou “vítima” e estimular apenas as tradicionais práticas caritativas. Segundo os escritores, a participação social ainda está em construção e os atores engajados na promoção de um reequilíbrio socioeconômico precisam buscar caminhos que rompam a tutela e criem instrumentos que possibilitem um desenvolvimento verdadeiramente participativo e sustentável. Defendem que a emancipação cívica e a conquista da cidadania ativa são um processo de ampliação do universo cultural e educacional.

Nota-se, na sociedade brasileira, um certo movimento contrário à inércia tradicionalmente existente no país. Surgem paulatinamente novas experiências e iniciativas capazes de comprovar que existem maneiras melhores e mais sensatas de se recriar a ordem estabelecida, deixando de vislumbrar o paternalismo como o único mecanismo de legitimação social dentro do terceiro setor. A própria

experiência do CEDECA discutida nesse trabalho demonstra um grande avanço nesse sentido.

DIMENSTEIN (2001) afirma que a atitude geral do brasileiro era basicamente infantil - muito desejo e pouca responsabilidade, dificuldade de perceber-se e, mais ainda, de perceber o outro - algo compreensível na criança, mas um sinal de retardamento mental num adulto. Para muitos, a cidadania ainda se encerra nos direitos – quase nunca nos deveres – e o compromisso com a comunidade limita-se ao voto a cada quatro anos. Porém, aos poucos, rompe-se a visão indigente e perversa de que os indivíduos são públicos apenas se ocupam cargos no poder oficial e de que devemos, sempre, esperar pelas soluções dos governantes.

A partir da análise desenvolvida, espera-se contribuir para uma maior profissionalização do terceiro setor brasileiro, tornando-o capaz de canalizar esforços em ações realmente benéficas que possam de fato contribuir no urgente processo de melhoria da qualidade de vida da sociedade. O momento para esse tipo de mudança de atitude é propício, pois com esse crescimento recente e desenfreado, ainda não houve tempo de se estabelecer uma estrutura definitiva e completa para o terceiro setor no país.

*Muda que quando a gente muda o mundo muda com a gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente!
Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro!
Até quando você vai ficar levando porrada, até quando vai ficar sem fazer nada?
(Gabriel, O Pensador)*

8. BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio. *Política Social, Pobreza e Desigualdade: A Prática da Teoria*.

BARBOSA, LÍVIA. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1992.

BARRO, B. T. e PRATES M.A. S. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo, Atlas, 1996.

BRESLER, Ricardo. A roupa surrada e o pai. In: MOTTA, Fernando C. e CALDAS, Miguel P. *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo : Editora Atlas, 1997.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. *Estratégias locais para a Redução da Pobreza*. Construindo a cidadania. EAESP/FGV, 2000. Capítulo final – Conclusão: Apresentação do Consenso.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 7ª Ed. Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1994.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis* .

DIMENSTEIN, Gilberto. *O ano em que o brasileiro começou a perder a infantilidade*. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano – 30/12/2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERNANDES, Rubens Cesar. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro : Editora Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubens César. O que é o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. 3º Setor : Desenvolvimento Social Sustentando. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª Ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1991.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1993.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa-Cidadã: Uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentando*. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra S.A.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press. Cap. 1 An Introduction to institutions and institutional change.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro, 1995.

SCHWARTZMANN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Campus, 1982.

SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *O Desenvolvimento como Expansão de Capacidades*. Em: Lua Nova, n 28/29. 1993.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. Com Alan Jolis. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino : Editora Ática, 2000.